

Plásticos Grendene Ltda foi constituída em 25 de fevereiro de 1971, originalmente sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com o objetivo de operar no ramo de industrialização de plásticos em geral. Na época da constituição da Companhia, suas atividades estavam voltadas para a fabricação de embalagens plásticas para garrações de vinho, uma inovação num mercado que até então apenas produzia tais embalagens em vime.

Em 1976, a Companhia ampliou suas atividades, iniciando a fabricação de peças de plástico para máquinas e implementos agrícolas e, em seguida, se tornou fornecedora de componentes para calçados, tais como solados e saltos. Foi pioneira na utilização da poliamida (*nylon*) como matéria-prima para a fabricação de tais componentes. Em 1979, já com a denominação social de Grendene S.A., lançou as primeiras sandálias com a marca Nuar e, no mesmo ano, as sandálias da marca Melissa.

Em busca de condições mais competitivas em termos de custo de mão de obra e das vantagens decorrentes de incentivos fiscais, houve a migração da produção da serra gaúcha no Rio Grande do Sul, inicialmente para a capital do Ceará, Fortaleza (1990), e, gradualmente, foram sendo construídas fábricas em pleno agreste do Estado, em Sobral (1993), que passou a ser a sede social, e Crato (1997), em condições bastante diversas em termos de cultura, adversas em termos de clima, infraestrutura mínima à época e com mão de obra local não especializada na indústria de calçados — e menos ainda na indústria específica de calçados injetados, que utilizam equipamentos sofisticados e automatizados.

Ao longo dos anos, a Companhia desenvolveu marcas próprias reconhecidas e de sucesso, como Melissa, Rider, Grendha, Ipanema, Zaxy, Cartago, Pega Forte e Grendene Kids. Além disso, passou a utilizar marcas de terceiros e licenciamentos de celebridades e personagens do universo infantojuvenil, como Azaleia, Mormaii, Disney, Mattel, Warner, Marvel, Maurício de Sousa, Universal, Nintendo, Netflix, Viacom, entre outras.

Com foco em eficiência e escala, a Grendene é uma empresa totalmente integrada, com capacidade instalada total de 250 milhões de pares por ano em suas quatro unidades industriais, compostas por 11 fábricas de calçados, uma matrizaria, dois centros de distribuição e uma fábrica de PVC para consumo próprio.

Complementando essa estrutura industrial robusta com iniciativas voltadas à sustentabilidade e competitividade energética, em 2024, a Companhia concluiu a aquisição de participação relevante na Várzea SPE — sociedade de propósito específico dedicada à implantação e operação da usina solar Solatio Várzea 4, localizada em Várzea da Palma, Minas Gerais. Com capacidade instalada de 45.000 kW, a central geradora fotovoltaica reforça a busca da Grendene por fontes de energia limpa e estável, contribuindo para a mitigação de impactos ambientais e o fortalecimento de sua matriz energética, com benefícios econômicos e socioambientais relevantes para a operação industrial.

Em 2026, a Companhia concluiu reorganização societária interna, consistente na incorporação de sua controlada integral MHL Calçados Ltda.

No relacionamento com o consumidor, a Companhia segue ampliando e fortalecendo a presença de suas marcas por meio de canais próprios e experiências diferenciadas. Conta com duas lojas conceito — “Galeria Melissa” e “Rider Spaces” em São Paulo — além de uma rede de franquias “Melissa”, que permite maior proximidade com o público e reforça o posicionamento de suas marcas no varejo físico.

Como parte de sua estratégia de expansão internacional, em 07 de outubro de 2021, a Grendene celebrou com a Radar Private Fund I LP (“Radar”), fundo gerido pela Radar Gestora de Recursos Ltda, os documentos vinculantes para a constituição de uma joint venture (“JV”) denominada Grendene Global Brands Limited (GGB), com sede no Reino Unido. O objetivo da JV era a distribuição e comercialização dos produtos da Grendene no mercado internacional, com os primeiros destinos sendo EUA, Canadá, China e Hong Kong, e início das operações em 2022. Na ocasião, a Radar detinha 50,1% do capital social da JV, enquanto a Grendene era proprietária de 49,9%.

Em 29 de novembro de 2024, a Grendene adquiriu os 50,1% restantes das ações da GGB, passando a deter a totalidade do capital social e transformando a GGB, até então uma joint venture, em uma empresa controlada. Essa aquisição reforça a estratégia de internacionalização da Companhia, fortalecendo sua presença global, ampliando iniciativas de digitalização e consolidando o modelo de venda direta ao consumidor (DTC). A GGB continuará operando em mercados estratégicos como Estados Unidos, China e Hong Kong, agora sob controle integral da Grendene.

Mais recentemente, como parte de um processo contínuo de simplificação e racionalização de sua estrutura societária, em 2026 a Companhia concluiu a incorporação de sua controlada integral MHL Calçados Ltda.

A Grendene é uma das maiores produtoras mundiais de calçados. Possui tecnologia proprietária e exclusiva na produção de calçados para os públicos feminino, masculino e infantil e é totalmente integrada, com capacidade instalada de 250 milhões de pares/ano (800.000 pares/dia) em suas quatro unidades industriais, compostas por 11 fábricas de calçados, centro de distribuição, matrizaria e fábrica de PVC para consumo próprio na produção de calçados; com uma logística de distribuição que atinge desde distribuidores a varejistas tradicionais e não tradicionais em todo o território nacional e no exterior.

A empresa comercializa seus produtos por meio de representantes comerciais, distribuidores, exportações diretas e subsidiárias, alcançando aproximadamente 65 mil pontos de venda no Brasil e 45 mil no exterior. Além disso, conta com uma área de vendas exclusiva e distribuição seletiva dedicada à marca Melissa.

As receitas são obtidas principalmente pela comercialização de produtos no mercado interno (cerca de 80% da Receita Bruta) sendo o restante (cerca de 20% da Receita Bruta) fruto de exportações para mais de 100 países.

A Companhia em linha com a estratégia de ampliar e fortalecer o relacionamento das marcas com os seus clientes e consumidores conta com duas lojas conceito: "Galeria Melissa" e "Rider Spaces" em São Paulo, além de uma rede de franquias "Melissa".

a. produtos e serviços comercializados

Calçados

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Em milhares de R\$	2023		2024	
	Valor R\$	% da receita líquida	Valor R\$	% da receita líquida
Receita líquida por mercado				
Mercado interno	1.881.146	77,3%	2.061.326	78,4%
Mercado externo	552.461	22,7%	567.254	21,6%
Total	2.433.607	100,0%	2.628.580	100,0%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Em milhares de R\$	2023		2024	
	Valor R\$	% Lucro líquido	Valor R\$	% Lucro líquido
Lucro líquido por mercado				
Mercado interno	447.296	80,2%	494.189	67,2%
Mercado externo	110.375	19,8%	241.047	32,8%
Total	557.671	100,0%	735.236	100,0%

a. características do processo de produção

O processo produtivo é diferenciado, com um parque fabril moderno, produção em escala e verticalizada, representando um diferencial competitivo no mercado. A Companhia sempre desenvolveu seus calçados para serem produzidos pelo processo de injeção de termoplásticos. É uma tecnologia proprietária, desenvolvida em mais de 50 anos de experiência, que inclui o desenvolvimento próprio de matrizes, a formulação de PVC na própria fábrica e a produção automatizada de calçados, com a fusão do cabedal e dos componentes ao solado do calçado durante o processo de injeção. A produção da totalidade do PVC – principal matéria prima – na própria fábrica permite desenvolver, com maior flexibilidade e sem depender de terceiros, formulações específicas para cada tipo de componente e cada tipo de calçado. Possibilita também corrigir rapidamente eventuais problemas identificados na matéria prima durante o processo produtivo. As máquinas e os equipamentos, adquiridos de fornecedores, são adaptados e montados pela equipe da Grendene de acordo com especificações próprias e mantidas como segredo industrial.

Com isso, a produção torna-se mais econômica, rápida, diferenciada e de melhor qualidade, com grande volume em curto espaço de tempo, enquanto a maior parte dos concorrentes utiliza produção manufaturada (montagem), que é a forma tradicional de produzir calçados. Assim, no caso da Companhia, é possível criar rapidamente modelos diferenciados ou retirar modelos do mercado, respondendo às tendências da moda e à aceitação dos produtos pelos consumidores.

O resultado dessa estrutura de produção é um calçado de alta qualidade, com elevada competitividade em custo, gerando retorno atrativo para a Companhia e seus parceiros.

Eventuais problemas de fornecimento de energia são evitados pela manutenção de geradores próprios.

b. características do processo de distribuição

A Grendene possui um sistema de logística que permite uma distribuição nacional e internacional em diferentes canais de vendas. Atende o mercado brasileiro por meio de representantes comerciais e o mercado externo através de suas subsidiárias, distribuidores e exportações diretas para grandes clientes. A distribuição dos produtos fica a cargo de transportadoras terceirizadas.

Atua em mais de 100 países, com uma base de aproximadamente 65.000 pontos de venda no Brasil e 45.000 no exterior.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

O Brasil que já foi o maior fabricante mundial de calçados, na década de 1970 – onde existem atividades de manufatura no setor há mais de 150 anos – caracterizado por empresas pequenas (pouco mais de 5 mil fabricantes) intensivas em mão de obra, ocupa hoje o quinto lugar no ranking dos produtores detendo importante participação no segmento de calçados que alia qualidade e design a preços competitivos.

Dados gerais da indústria (Fonte: Relatório setorial: Indústria de calçados do Brasil, 2024 (Abicalçados) e SECEX).

Aproximadamente 5,3 mil empresas produtoras de calçados

Geração de mais de 280.000 empregos diretos

Brasil é o 5º maior Produtor Mundial

Exportação: 97,5 milhões de pares em 2024, 118,3 milhões de pares em 2023 e 141,9 milhões de pares em 2022, para mais de 140 países.

Produção Brasileira de Calçados e Consumo Aparente (milhões de pares)

Brasil	2022	2023	2024
Produção	886,2	865,6	896,8
Importação	25,8	28,4	35,8
Exportação	141,9	118,3	97,5
Consumo aparente	770,1	775,7	835,2
Consumo per capita (pares)	3,7	3,7	3,9

Fonte: Abicalçados e SECEX

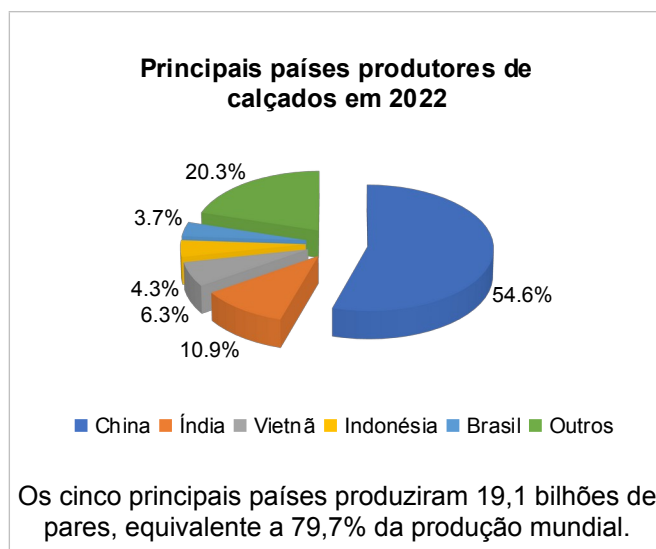
Grendene (em milhões de pares)	2022	2023	2024
Mercado interno	114,4	113,0	114,1
Exportação	33,8	26,7	25,3
Total	148,2	139,7	139,4

Fonte: Grendene

% de participação da Grendene (volume de pares)	2022	2023	2024
Na produção brasileira de calçados	16,7%	16,1%	15,5%
No consumo aparente do Brasil	14,9%	14,6%	13,7%
Nas exportações brasileiras de calçados	23,8%	22,5%	25,9%

Fonte: Abicalçados, SECEX e Grendene.

País	Produção 2022 (Milhões de pares)
China	13.047
Índia	2.600
Vietnã	1.500
Indonésia	1.026
Brasil	886
Turquia	582
Paquistão	519
Bangladesh	467
Camboja	205
México	176
Outros	2.892
Total	23.900



Fonte: Relatório Setorial da Indústria de Calçados do Brasil 2024 (Abicalçados). Até a data de publicação, não haviam sido divulgadas informações atualizadas para o setor.

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de calçados para o mercado interno e externo.

Em função de produzir unicamente calçados, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos (masculino, feminino, infantil e de massa) não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

Vendas brutas (Em milhares de R\$)	2022	2023	2024
Mercado interno	2.379.525	2.454.904	2.654.898
Mercado externo	740.422	555.472	581.925
Total	3.119.947	3.010.376	3.236.823

As informações de vendas brutas no mercado externo, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pela controladora no Brasil e por meio das controladas diretas e indiretas no exterior (Grendene USA, Inc., Grendene Italy S.R.L., Grendene UK, Limited. nos Estados Unidos, Itália e Reino Unido, respectivamente), e podem ser assim demonstradas:

Vendas brutas mercado externo a partir do: (Em milhares de R\$)	2022	2023	2024
América do Norte	169.703	77.247	82.330
Ásia e Oceania	105.235	110.548	115.859
Europa	157.042	127.643	128.650
América Central e Sul – LATAM	262.568	203.296	221.785
África e Oriente Médio – MEA	45.874	36.738	33.301
Total	740.422	555.472	581.925

As vendas são pulverizadas e são equilibradamente distribuídas em cada mercado de atuação: nacional e internacional. O mercado nacional representa aproximadamente 80% das receitas. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas.

ii. condições de competição nos mercados

A maioria dos concorrentes do mercado internacional estão localizados na Ásia, especialmente na China, maior produtor mundial de calçados e maior exportador.

O Brasil é o quinto maior produtor de calçados, importa uma proporção relativamente pequena de seu consumo. Os maiores competidores no mercado interno são locais onde temos cerca de meia dúzia de empresas grandes e médias (considerando o setor de calçados) e muitos pequenos concorrentes.

O Brasil é o principal mercado dos produtos da Grendene, sendo responsável por 82,0% da receita bruta e 81,9% dos calçados vendidos em 2024. A Grendene se faz presente em todos os Estados do país e está corretamente posicionada nos mercados em atua.

Os diferenciais competitivos da Grendene são a força das marcas (*Melissa, Rider, Grendha, Ipanema, Zaxy, Cartago, Pega Forte e Grendene Kids*), licenciamentos, capacidade de inovação e marketing, processo produtivo diferenciado, sólida estrutura de capital e forte geração de caixa.

d. eventual sazonalidade

A Companhia tem maior demanda de venda de calçados durante os meses de setembro a dezembro de cada ano, que coincide com as vendas relacionadas com festas de final de ano. Entre maio e julho temos menor demanda por nossos produtos em função do inverno na região Sul e Sudeste do Brasil.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

As nossas principais matérias primas e insumos são a resina de PVC e os óleos plastificantes.

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Na Grendene observamos especificações rigorosas para a escolha de nossos fornecedores, baseados não somente na qualidade e preço, mas também na reputação e situação financeira. Os termoplásticos e óleos plastificantes, nossas principais matérias primas, são regulados por diversas legislações e/ou normas técnicas.

São exigências dos mercados brasileiro, norte-americano e europeu o atendimento às legislações que tratam de substâncias químicas restritas nestes mercados. Os órgãos/legislações nesses mercados são:

- Brasil: IPT
- Estados Unidos: CPSIA – Consumer Product Safety Improvement Act
- Comunidade Européia: REACH - Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals

A aquisição dos demais insumos e das matérias primas não está sujeita a controle ou regulamentação governamental.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Embora a Grendene adquira grande parte de suas necessidades de resinas termoplásticas da Braskem S.A julgamos que não temos uma relação de dependência deste ou de qualquer outro fornecedor A escala de produção da Grendene permite que se pesquise no mundo inteiro a matéria prima, comprá-la em grandes quantidades e negociar um preço competitivo (Ver item 4 Fatores de Risco).

Entretanto, a Braskem é a única empresa nacional capaz de atender as necessidades da Grendene de resinas e uma dificuldade simultânea nesta empresa e na possibilidade de importação de matéria prima pode afetar nossa capacidade de produzir.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A matéria prima básica adquirida no mercado é a resina de PVC, cujo preço é definido no mercado internacional em função do equilíbrio entre oferta e demanda.

Não temos concentração de vendas e isoladamente nenhum cliente é responsável por mais de 10% da receita líquida.

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A atividade de fabricação de calçados não requer autorizações governamentais específicas, exceto as licenças ligadas a fatores ambientais e de localização (regras municipais de zoneamento, alvarás etc.).

A Companhia possui licenças de funcionamento de todas as suas unidades.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

As empresas da indústria calçadista, incluindo a Companhia, estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, à gestão adequada com foco em eliminação de resíduos sólidos, tratamento e descarte adequado de efluentes líquidos, industriais e sanitários, e ao controle de emissões atmosféricas. Tais indústrias necessitam de autorizações de agências governamentais para algumas de suas atividades, chamada de Licença Ambiental de Operação.

Estão sujeitas ao licenciamento ambiental todas as atividades que utilizem recursos ambientais e possam ser causadoras efetivas ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental, desenvolvidas por pessoas físicas e jurídicas, inclusive as entidades das administrações públicas federal, estadual e municipal. Abaixo segue o detalhamento das licenças e autorizações, por estabelecimento da Grendene.

Superintendência Estadual do Meio Ambiente, órgão ambiental do Estado do Ceará concedeu a Licença de Operação nº 450/2019 válida até 14/08/2027 para unidade de Sobral referente a atividade de Fabricação de Calçados Sintéticos. Com a condicionante de executar o Automonitoramento, onde deve ser apresentado quadrimestralmente o Relatório de Automonitoramento das análises dos Efluentes Líquidos, efetuadas nas duas Estações de Tratamento de Efluentes e lagoa de armazenamento do efluente para reuso, devendo essas obedecerem aos parâmetros estabelecidos pela resolução COEMA Nº 02/2019, artigo 38. Assim como, o Relatório de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, incluindo os comprovantes referentes à destinação final de todos os resíduos, bem como as cópias das Licenças Ambientais das empresas responsáveis pelo transporte e recebimento dos mesmos.

A Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente, na Lei Complementar nº 235/2017 disciplina o Licenciamento Ambiental no Município de Fortaleza, estabelecendo critérios, parâmetros e custos aplicados ao processo de licenciamento e dá outras providências. A SEUMA concedeu a Licença de Operação PD024/2022 válida até 14/03/2027 para unidade de Fortaleza referente a atividade de Fabricação de Calçados Sintéticos. E, condiciona que quadrimestralmente deverá entregar à SEUMA e deixar disponível à Fiscalização, um relatório da Operação e Manutenção contendo laudo de análises de uma amostra do efluente depurado na instalação, emitido por um laboratório competente, devendo o referido laudo seguir a atual legislação vigente (Instrução Normativa nº 01/2017).

A Lei nº 2.638/2010 institui o código ambiental do município de Crato, na qual lhe compete conceder licença, autorização e/ou anuência ambiental para a localização, implantação, expansão e funcionamento de empreendimentos, obras ou atividades que apresentem potencial poluidor degradador ao meio ambiente. Desta forma, foi concedida a Licença de Operação nº 006/2025 válida até 26/02/2026 para unidade de Crato referente a atividade de Fabricação de Calçados Sintéticos. Foi condicionado a execução do Automonitoramento, onde deve ser apresentado trimestralmente o Automonitoramento dos efluentes por meio de análise físico-química, a qual deverá apresentar os parâmetros estabelecidos pela Resolução Coema nº 02/2017, assim como os Laudos/Relatório de Automonitoramento das Emissões Gasosas e Laudos/Relatório de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, acompanhado dos comprovantes de coleta e destinação final.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM instituída pela Lei 9.077, de 4 de junho de 1990, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), concedeu a Licença de Operação nº 07105/2020 válida até 23/11/2025 para unidade de Farroupilha referente a atividade de Fabricação de artefatos de plástico. A Licença condiciona a unidade de Farroupilha apresentar com periodicidade trimestral os Relatórios de vazão da ETE biológica, relatório de vazão de reciclo ETE físico-química, Relatório de operação das estações e Relatório das análises mensais, assim como o Relatório de Geração de Resíduos Sólidos para a totalidade dos resíduos sólidos.

O Certificado de Regularidade (CR) é o documento de acesso público pela qual o Ibama atesta que os dados da pessoa inscrita estão em conformidade com as obrigações decorrentes dos Cadastros Técnicos Federais (CTF/APP e CTF/AIDA), referentes às atividades sob controle e fiscalização do Ibama. A Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais de pessoas físicas ou jurídicas.

Licenças da Polícia Federal referente a utilização de produtos químicos:

- Fortaleza nº 2020-00559923 – válida até 25/08/2025.
- Sobral nº 2020-00559924 – válida até 25/08/2025.
- Crato nº 2020-00559925 – válida até 25/08/2025.
- Farroupilha nº 2020-00559926 – válida até 25/08/2025.

As atividades passíveis de inscrição no CTF/APP estão elencadas Anexo I, da Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021. A Companhia com Certificado de Regularidade, das unidades:

- Registro nº 69684, unidade de Sobral nas atividades:
 - 21-27 Porte e uso de motosserra - Lei nº 12.651/2010: art. 69, § 1º
 - 12-2 Fabricação de artefatos de material plástico
 - 11-4 Fabricação de calçados e componentes para calçados
 - 18-81 Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Resolução CONAMA nº 401/2008
- Registro nº 339782, unidade de Fortaleza nas atividades:
 - 11-4 Fabricação de calçados e componentes para calçados
 - 18-81 Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Resolução CONAMA nº 401/2008
- Registro nº 339795, unidade de Crato nas atividades:
 - 21-48 Consumo industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal - Lei nº 12.651/2012: art. 34
 - 21-3 Utilização de substâncias controladas - Protocolo de Montreal
 - 11-4 Fabricação de calçados e componentes para calçados
- Registro nº 71447, unidade de Farroupilha nas atividades:
 - 21-45 Importação de pneus e similares - Resolução CONAMA nº 416/2009
 - 21-27 Porte e uso de motosserra - Lei nº 12.651/2010: art. 69, § 1º
 - 12-2 Fabricação de artefatos de material plástico
 - 11-4 Fabricação de calçados e componentes para calçados
 - 18-81 Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Resolução CONAMA nº 401/2008

No ano de 2021, em parceria com o Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos (IBTeC), a empresa lançou o Programa Grendene de Substâncias Restritas, com a realização de uma série de eventos com a participação de seus fornecedores, que contempla encontros de sensibilização, capacitação e entrega das Listas de Substâncias Restritas, divididas por categorias de fornecimento.

O seu objetivo é a operação dos negócios de maneira sustentável para proteger os consumidores, trabalhadores e marcas, aumentando a qualidade do produto e reduzindo seu impacto ambiental. Todos os fornecedores da Grendene têm a obrigação de cumprir com esta, que é baseada nas principais listas internacionais, como AFIRM, REACH e Prop 65. Ela está disponível através do link:

<https://grendene.com.br/sustentabilidade/wp-content/uploads/2024/04/Lista-de-Substancias-Restritas-Grendene.pdf>

Social - Saúde e Segurança

A empresa possui vigente as licenças de operação expedidas pelos órgãos públicos competentes, entre eles certificados de conformidade das instalações (AVCB) emitido pelo Corpo de Bombeiros, alvarás sanitários expedidos pela Agência de Vigilância Sanitária e as licenças de operação expedidas pelas Prefeituras dos municípios onde possui unidades instaladas, estando ainda regular perante as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho- SESMT da empresa é responsável por gerenciar o Sistema Interno de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho de forma a garantir condições adequadas para realização das diversas atividades laborais. Este

serviço, também monitora a aderência da empresa aos aspectos sociais de saúde e segurança estabelecidos na legislação em vigor e realiza os protocolos para manutenção dos certificados e alvarás emitidos pelos órgãos reguladores.

Obrigações Legais Trabalhistas

A empresa contrata anualmente 5% de jovens na idade de 14 a 24 anos para atender a Lei de aprendizagem, bem como, para o setor de matrizaria a empresa juntamente com o Senai desenvolveu um curso para estes jovens.

A empresa também atende a legislação quanto a contratação de pessoas com deficiência.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente a Companhia é titular de dezenas de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil e no exterior, como "Grendene", "Melissa", "Grendha", "Zaxy", "Ipanema", "Grendene Kids", "Rider", "Cartago", "Pega Forte" entre outras, as quais são bastante relevantes para as suas atividades. A Grendene também é titular de diversos nomes de domínio relevantes associados a tais marcas, bem como algumas patentes e desenhos industriais.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**
- ii. em favor de partidos políticos**
- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

Não se aplica. O Supremo Tribunal Federal, em 2015, declarou a inconstitucionalidade das normas legais que autorizavam as contribuições de pessoas jurídicas a partidos políticos e a campanhas eleitorais. A Companhia não realiza contribuições financeiras, direta ou indiretamente, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, no Brasil ou no exterior.

A Política de Combate à Fraude e Corrupção, aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de outubro de 2022, no seu item 6 ("Interações com Autoridades Governamentais e Agentes Públicos") estabelece as diretrizes que devem ser observadas no relacionamento com o setor público.

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A Grendene fabrica 100% de seus produtos no Brasil e, portanto, todas as receitas obtidas de outros países se dão via exportação. Não existem receitas de exportação atribuídas a clientes com sede no Brasil. Nossos clientes nestes países são distribuidores que revendem os produtos para o setor de varejo nos mercados locais. Estes distribuidores são empresas independentes geralmente com sede nos países em que atuam.

As vendas no mercado nacional são efetuadas por meio de representantes comerciais, com uma base de aproximadamente 65.000 pontos de venda. Não há clientes que individualmente representem mais do que 5% das vendas.

Em milhares de R\$	2023		2024	
	Valor R\$	% da receita líquida	Valor R\$	% da receita líquida
Mercado interno	1.881.146	77,3%	2.061.325	78,4%
Receita líquida de vendas	2.433.607	100,0%	2.628.580	100,0%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

As exportações são realizadas para mais de 100 países e são bastante pulverizadas, com uma base de aproximadamente 45.000 pontos de venda, não havendo dependência significativa de nenhum cliente, país ou moeda. Não há clientes que individualmente representem mais do que 5% das vendas.

Em milhares de R\$	2023		2024	
	Valor R\$	% da receita líquida	Valor R\$	% da receita líquida
Mercado externo	552.461	22,7%	567.255	21,6%
Receita líquida de vendas	2.433.607	100,0%	2.628.580	100,0%

A Grendene está sujeita às normas aduaneiras e Leis nos mais de 100 países para os quais exporta. A imposição de cotas ou tarifas de importação por parte destes países podem afetar nossas exportações para estes mercados.

Nossos produtos utilizam como matérias primas compostos químicos – resinas de PVC e óleos plastificantes – e estamos sujeitos às regras locais para a importação de produtos que utilizem como insumos compostos químicos.

As normas internacionais mais abrangentes são:

- Estados Unidos: CPSIA – Consumer Product Safety Improvement Act.
- Comunidade Européia: REACH - Registration, Evaluation, Authorization and Restriction of Chemicals.

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Divulgamos informações ASG em nosso Relatório de Sustentabilidade. Os Relatórios de Sustentabilidade da Companhia podem ser consultados através do link: <https://grendene.com.br/sustentabilidade/>

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O relatório de 2023 foi construído com base nas principais diretrizes internacionais de reporte e gestão da sustentabilidade.

- Relato Integrado (Capitais);
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB);
- Global Reporting Initiative (GRI), e;
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório de Sustentabilidade de 2023 não foi auditado ou revisado por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório de Sustentabilidade pode ser encontrado no website: <https://grendene.com.br/sustentabilidade/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O relatório de 2023 foi elaborado considerando uma matriz de materialidade e indicadores chave de desempenho ASG. A seguir destacamos os temas incorporados em nossa matriz de materialidade, de acordo com a ordem de relevância atribuída pelos *stakeholders*:

- Cadeia de fornecimentos sustentável
- Proteção dos Direitos Humanos
- Matéria-prima sustentável
- Saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores
- Gestão dos riscos corporativos
- Gestão de pessoas
- Circularidade e ciclo de vida do produto
- Emissões, riscos e oportunidades climáticas
- Gestão de água e efluentes
- Ética e transparência
- Inovação em materiais, produtos e processos
- Segurança cibernética, privacidade, proteção de dados
- Diversidade, inclusão e combate à discriminação

Esta matriz de materialidade foi revisada ao final de 2023 e serviu de base para elaboração do Relatório de Sustentabilidade apresentado em 2024. Os temas materiais revisados podem ser consultados no item 4.1, letra “h”, matriz de materialidade.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Os compromissos e a trajetória da Grendene na jornada para o desenvolvimento sustentável são apresentados nos relatórios de sustentabilidade da companhia, divulgados anualmente, a partir do ano 2019, para reforçar o compromisso com nossos públicos de relacionamento e com uma gestão transparente.

O Relatório de Sustentabilidade é construído e elaborado com base nas principais diretrizes internacionais de reporte e gestão da sustentabilidade. Sendo elas:

- Relato Integrado (Capitais): natural, social e de relacionamento, intelectual, manufaturado, humano e financeiro;
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): CG-AA-250a.1, CG-AA-250a.2, CG-AA-430a.1, CG-AA-430a.2, CG-AA-430b.1, CG-AA-430b.2, CG-AA-430b.3, CG-AA-440a.3 e CG-AA-440a.4.
- Global Reporting Initiative (GRI): relatos, dados e indicadores;
- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS): A Política de Desenvolvimento Sustentável da Grendene baseia-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) e em metas conectadas à evolução dos padrões globais de qualidade de vida e da atividade produtiva até 2030. Reconhecemos que nosso negócio contribui ativamente com oito ODS, aos quais denominamos como prioritários. A partir da revisão da materialidade, concluímos que também contribuimos em diferentes níveis com 13 dos 17 ODS indicados pela iniciativa.

ODS Prioritários

3 – Saúde e Bem-estar	4 – Educação de Qualidade	5 – Igualdade de Gênero	6 – Água Potável e Saneamento
7 – Energia Limpa e Acessível	8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico	9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	12 – Consumo e Produção Responsáveis

ODS Materiais

3 – Saúde e Bem-estar	4 – Educação de Qualidade	5 – Igualdade de Gênero	6 – Água Potável e Saneamento
7 – Energia Limpa e Acessível	8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico	9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	10 – Redução das desigualdades
11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	12 – Consumo e Produção Responsáveis	13- Ação Contra Mudança Global do Clima	14 – Vida na Água
16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes			

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Desde 2020, a Grendene responde os questionários de Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica do *Carbon Disclosure Project* (CDP). A demanda é oriunda de investidores signatários do CDP e de clientes. Em 2023, respondemos a três questionários. Em Mudanças Climáticas, Segurança Hídrica e Florestas obtivemos classificação C.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Desde 2020, a Grendene monitora suas emissões de gases de efeito estufa e publica seu Inventário de Emissões, construído a partir da metodologia do GHG Protocol. A Grendene divulga suas emissões referentes aos escopos 1, 2 e 3.

Segue abaixo as categorias reportadas em cada escopo.

Escopo 1:

- Combustão móvel;
- Combustão estacionária;
- Efluentes;
- Emissões fugitivas.

Escopo 2:

- Abordagem de localização;
- Abordagem de escolha de compra.

Escopo 3:

- Transporte e distribuição;
- Viagens à negócios;
- Deslocamento de funcionários (casa-trabalho);
- Resíduos gerados.

O inventário segue os padrões metodológicos do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, que traz as diretrizes do *Greenhouse Gas Protocol* e o Painel Intergovernamental de Mudança Climática para contabilização corporativa de gases de efeito estufa.

Ademais, o inventário é verificado por terceira parte, processo realizado pela KPMG, com construção metodológica baseada na KPMG Greenhouse Gas Assurance, ISSO 14064-3, Greenhouse Gas Protocol, Programa Brasileiro GHG Protocol e Painel Intergovernamental de Mudança Climática. A asseguarção por terceira parte, assim como a publicação das emissões indiretas (Escopo 3), conferem a Grendene o Selo Ouro, categoria máxima, no Programa Brasileiro GHG Protocol que é gerido pela Fundação Getúlio Vargas.

A base de inventário pode ser consultada no Registro Público de Emissões, conforme link:

<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/3239>

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- i. a não divulgação de informações ASG**
- ii. a não adoção de matriz de materialidade**
- iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**
- iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**
- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**
- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

Não se aplica.

- a. interesse público que justificou sua criação**
- b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:**
 - i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”**
 - ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições**
 - iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas**
- c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não se aplica, uma vez que a Grendene não é uma sociedade de economia mista.

Em 2024, Companhia realizou aquisições de ativos, alinhados à sua estratégia de expansão, internacionalização e diversificação de investimentos. Destacam-se:

(i) a aquisição de 42% do capital social total da Várzea SPE, sociedade com objeto de geração de energia solar, anteriormente controlada pela Comerc Participações S.A. (B3: COMR3). A transação foi concluída em 08 de fevereiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes contratuais, e divulgada por meio de fato relevante na mesma data;

(ii) a realização de investimento societário na NM Vila Participações S.A., por meio da subscrição de ações preferenciais representativas de 16,66% de seu capital social, com o objetivo de estabelecer parceria estratégica voltada à atuação em empreendimentos imobiliários, por meio de sociedades em conta de participação (SCPs). A operação foi classificada como transação com parte relacionada e divulgada em 11 de novembro de 2024. Posteriormente, em 21 de fevereiro de 2025, foi celebrado o primeiro aditamento ao acordo de acionistas, com ajustes de redação no escopo da parceria, sem alteração de direitos, obrigações ou valores originalmente pactuados;

(iii) a aquisição, em 29 de novembro de 2024, da totalidade do capital da Grendene Global Brands Limited (GGB), com sede no Reino Unido, mediante a compra da participação remanescente de 50,1% detida pelos Fundos Radar. Com isso, a Companhia passou a deter 100% das ações da GGB, fortalecendo sua estratégia de internacionalização, digitalização e atuação no modelo Direct-to-Consumer (DTC). A operação foi divulgada por fato relevante em 1º de dezembro de 2024.

Todas as operações foram devidamente aprovadas pelos órgãos competentes da Companhia e conduzidas em conformidade com a regulamentação da CVM e com suas políticas internas de governança.

Não houve operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia nos exercícios sociais de 2022 e 2023.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de abril de 2024, a Companhia procedeu ao aumento do capital social mediante capitalização da reserva de incentivos federais (IRPJ), no valor de R\$ 1.024.828.453,10, sem emissão de novas ações, nos termos do §1º do artigo 169 da Lei das S.A. Em decorrência, o capital social passou de R\$ 1.231.301.604,46 para R\$ 2.256.130.057,56, dividido em 902.160.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Adicionalmente, em 24 de dezembro de 2025, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 626.358.233,61, mediante capitalização integral de reservas de lucros, conforme saldo constante das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, aprovadas na assembleia geral ordinária de 2025. O aumento foi realizado sem emissão de novas ações, nos termos do §1º do artigo 169 da Lei das S.A., sendo: (i) R\$ 270.162.665,61 provenientes da reserva legal; (ii) R\$ 235.437.354,37 da reserva de incentivo de exportação (PROAPI); e (iii) R\$ 120.758.213,63 da reserva de incentivos fiscais de Imposto de Renda (IRPJ). Em decorrência, o capital social passou de R\$ 2.256.130.057,56 para R\$ 2.882.488.291,17, mantido o número de ações.

Por fim, em 10 de abril de 2026, foi realizada reorganização societária no âmbito do acionista controlador da Companhia, Sr. Alexandre Grendene Bartelle, consistente na transferência da totalidade das ações de emissão da Companhia anteriormente detidas diretamente por referido acionista para fundo de investimento em ações de sua titularidade exclusiva (Union Super Fundo de Investimento Financeiro em Ações), nos termos previstos no acordo de acionistas. Referida operação não implicou alteração do controle acionário, da estrutura administrativa ou da governança da Companhia.

Em 2026, a Companhia realizou reorganização societária interna, consistente na incorporação de sua controlada integral MHL Calçados Ltda. ("MHL"), da qual detinha 100% do capital social.

A operação teve como objetivo a simplificação da estrutura societária do grupo e a racionalização de processos administrativos e operacionais, sem resultar em alteração do controle acionário, da estrutura de governança ou do quadro de acionistas da Companhia.

A incorporação da MHL não implicou aumento ou redução do capital social nem gerou efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A Companhia é parte do Acordo de Acionistas celebrado em 06 de outubro de 2004, e suas alterações posteriores, firmado entre os acionistas integrantes do bloco de controle da Companhia, atualmente composto por Union Super Fundo de Investimento Financeiro em Ações, Pedro Grendene Bartelle, Pedro Bartelle, Giovana Bartelle, André de Camargo Bartelle e Gabriella de Camargo Bartelle. O acordo regula o exercício conjunto do poder de controle da Companhia, incluindo, entre outros aspectos, regras relativas ao exercício do direito de voto, à eleição de membros do Conselho de Administração e à transferência de ações.

Em 10 de abril de 2026, foi celebrado o sétimo aditamento e consolidação do referido acordo de acionistas, com o objetivo de refletir reorganização societária no âmbito do acionista controlador Sr. Alexandre Grendene Bartelle, consistente na transferência da totalidade das ações de emissão da Companhia por ele detidas para fundo de investimento em ações de sua titularidade exclusiva. Em decorrência dessa operação, o referido acionista deixou de ser parte do acordo, sendo substituído pelo fundo, que passou a integrar o acordo e a assumir integralmente os direitos e obrigações anteriormente atribuídos ao acionista substituído.

Referida alteração não implicou modificação na estrutura de controle, tampouco nas regras de governança ou no exercício do poder de controle da Companhia, tendo sido mantidas as disposições essenciais do acordo de acionistas.

Além disso, a Companhia é signatária de acordos de acionistas com sociedades investidas:

- Várzea SPE – acordo celebrado em 08 de fevereiro de 2024, no contexto da aquisição de 42% do capital social total da sociedade, regulando aspectos de governança e quóruns qualificados;
- NM Vila Participações S.A. – acordo celebrado em 11 de novembro de 2024, com foco na governança e estrutura decisória das sociedades em conta de participação (SCPs). O primeiro aditamento foi firmado em 21 de fevereiro de 2025, com ajustes redacionais, sem alteração de direitos, obrigações ou valores originalmente pactuados.

Por fim, no contexto da aquisição da totalidade da Grendene Global Brands Limited (GGB), foi rescindido, em 29 de novembro de 2024, o acordo de acionistas anteriormente firmado com os Fundos Radar.

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

Desde a constituição da Companhia e suas controladas não foi celebrado nenhum contrato relevante que não fosse diretamente relacionado com as atividades operacionais.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Na visão da administração, a Companhia se encontra em uma posição econômica e financeira sólida. Os saldos mantidos em caixa, equivalentes de caixa e/ou aplicações financeiras proporcionam segurança, garantindo a Companhia plena capacidade de honrar todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

No aspecto econômico, a Companhia tem demonstrado consistência na geração de lucros, mesmo em cenários desafiadores, remunerando o capital investido de forma adequada e distribuindo dividendos superiores aos mínimos exigidos desde sua listagem no Novo Mercado, em 2004.

As informações que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Grendene, referentes aos exercícios sociais de 2023 e 2024, estão apresentadas nos quadros a seguir e complementadas pelos itens 2.1.b, 2.1.c, 2.1.d, 2.1.e, 2.1.f, 2.1.g, 2.1.h e 2.2 desta proposta.

Ano (Em milhares de reais)	Patr. líquido ¹ inicial	Lucro líquido controladora	Dividendos	Reinvestimento	Retorno s/ Patr. líquido	Patr. líquido ¹ final
2023	3.266.401	557.671	282.987	274.684	17,1%	3.527.877
2024	3.527.877	735.236	454.161	281.075	20,8%	3.826.887

1) Patrimônio líquido ajustado com a exclusão do saldo de dividendos a pagar.

Liquidez	2023	2024
Liquidez geral	7,6	8,1
Liquidez corrente	7,0	7,5
Liquidez seca	6,1	6,3

Rentabilidade	2023	2024
Margem bruta	44,5%	47,2%
Margem Ebit	11,3%	21,2%
Margem Ebit recorrente	15,7%	19,3%
Margem líquida	22,9%	28,0%
Margem líquida recorrente	27,2%	30,3%

Em milhares de reais	2023	2024
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	92.430	68.939
Caixa e equivalentes e aplicações financeiras (CP e LP)	1.252.296	1.603.197

Ativos

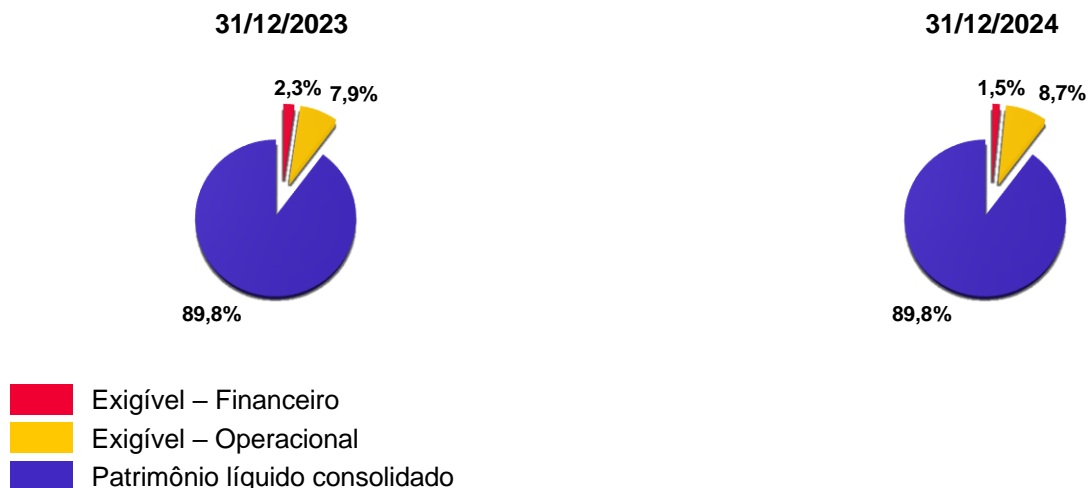


- Caixa e equivalentes e aplicações financeiras
- Capital de giro (sem caixa e equivalentes e aplicações financeiras)
- Ativo não circulante

b. Estrutura de capital:

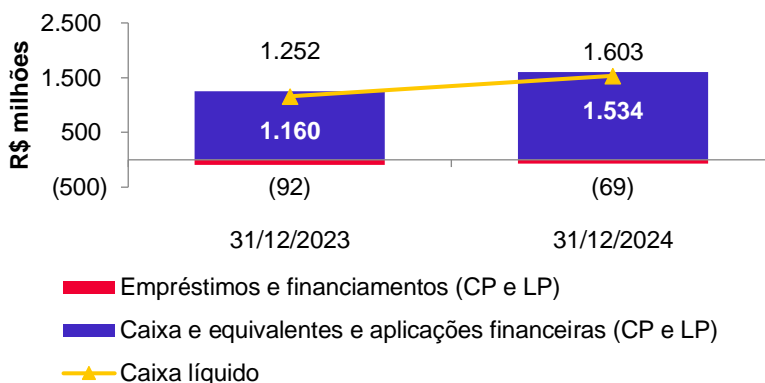
A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. A Grendene realiza seus investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Exigível: Passivo circulante + passivo não circulante



c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A Grendene mantém confortável e sólida situação financeira tendo plenas condições de honrar com todos os seus compromissos.



Em milhares de reais	2023	2024
Ativo Circulante	2.701.852	3.042.039
Ativo Não circulante	1.373.509	1.458.020
Passivo Circulante	384.800	428.642
Passivo Não Circulante	31.118	30.471
Patrimônio Líquido Consolidado	3.659.443	4.040.946

Como evidenciado no balanço patrimonial da Companhia e ilustrado no quadro acima, o montante de caixa da Companhia (incluindo Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras) supera o total das obrigações de curto e longo prazo, o que torna altamente improvável que eventuais adversidades econômico-financeiras externas comprometam sua capacidade de honrar seus compromissos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A Grendene possui uma posição sólida de caixa líquido, composta por saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, descontados os empréstimos de curto e longo prazo. A empresa demonstra uma robusta e constante geração de caixa operacional, o que lhe confere a capacidade de financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios. No entanto, a Companhia poderá optar por recorrer a fontes externas de financiamento sempre que os custos associados a esses recursos forem suficientemente baixos, na avaliação de sua administração, de modo a gerar valor para seus acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Grendene não enfrenta deficiências de liquidez, nunca registrou essa situação no passado e não há previsão de que isso ocorra no futuro. O capital de giro e os investimentos da Companhia são integralmente financiados com recursos próprios.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos são apresentados pelos valores contratados, acrescidos dos encargos acordados, incluindo juros e atualização monetária ou cambial. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, o endividamento bancário apresentava a seguinte composição:

Consolidado	Indexadores	Taxas de juros (a.a)	2023	2024
Moeda Nacional - Financiamentos incentivados	TJLP	6,55% e 7,43%	11.792	14.428
Moeda Estrangeira - ACE	Dólar +	6,51% e 5,54%	80.638	54.511
Total dos empréstimos e financiamentos			92.430	68.939
Passivo circulante			82.413	56.629
Passivo não circulante			10.017	12.310

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2024:

Vencimentos	2026	2027	2028	2029	Total
Proapi	1.360	704	1.496	1.347	4.907
Provin	983	-	-	-	983
Proade	780	2.011	1.774	1.855	6.420
Total	3.123	2.715	3.270	3.202	12.310

Financiamento – Capital de giro – ACE

A Companhia tomou empréstimos para suas operações de exportação na modalidade ACE (Adiantamentos de Cambiais Entregues). Estas operações consistem em adiantar o valor correspondente em reais de exportações embarcadas.

Financiamentos – Proapi, Provin e Proade

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (“ICMS”) devido (Proade e Provin) e pelos produtos exportados (Proapi – este benefício já foi extinto, mas ainda existem saldos a receber e financiamentos a pagar), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 (trinta e seis) e 60 (sessenta) meses após a sua liberação.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

Em 31 de dezembro de 2024, estão registrados no passivo circulante e não circulante, as parcelas não incentivadas desses financiamentos no valor de R\$14,4 milhões (R\$11,8 milhões em 2023).

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos eram concedidos com base em 11% (onze por cento) do valor FOB exportado com prazo de 60 (sessenta) meses para pagar, sobre os quais incidem juros de Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”). No vencimento do financiamento a Companhia pagava 10% (dez por cento) do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os

restantes 90% (noventa por cento) abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% (nove virgula nove por cento) do valor FOB exportado vigente até março de 2017.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não apresenta obrigações de longo prazo com instituições financeiras que não obrigações relacionadas às operações acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de controle societário.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024 da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Não existem alterações significativas nas demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, na opinião da Administração, nos exercícios sociais de 2023 e 2024.

Descrição das principais contas do Balanço patrimonial consolidado

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Caixa e equivalentes e aplicações financeiras

O caixa e equivalentes e aplicações financeiras de curto e longo prazo, totalizaram em 31 de dezembro de 2023 - R\$1.252,3 milhões e em 31 de dezembro de 2024 - R\$1.603,2 milhões. As disponibilidades são representadas por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de 3 (três) meses ou menos, a contar da data de aquisição.

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de depósitos bancários, Cessão de direito de crédito, Debêntures compromissadas, Letras financeiras, Fundos de Investimento, Notas do tesouro nacional, Depósito a prazo com garantia especial, Ações, Debêntures simples, Cédula de crédito bancário, Sociedades em conta de participação e são classificadas em "Ativos financeiros ao custo amortizado" e "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado", conforme a estratégia de investimentos da Companhia.

Demonstramos a seguir a geração de caixa da Companhia em:

Em milhares de reais	31/12/2023	31/12/2024
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (a)	736.725	702.738
Caixa líquido gerado / consumido pelas atividades de investimento (b)	473.240	(301.943)
<i>Caixa líquido consumido / gerado nas aplicações financeiras</i>	647.667	(181.163)
<i>Caixa líquido consumido por investimentos e ativos fixos</i>	(174.427)	(120.780)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (c)	(1.263.639)	(398.421)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes (a + b + c)	(53.674)	2.374

O caixa e equivalentes e aplicações financeiras (Curto e longo prazo) representavam 35,6% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2024 (30,7% em 2023).

Contas a receber de clientes e Estoques

As rubricas, Contas a receber de clientes e Estoques totalizaram R\$1.490,5 milhões em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024 R\$1.712,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, os prazos médios de recebimento praticados para o mercado interno são de 118 e 116 dias, respectivamente, e para o mercado externo 79 e 82 dias, respectivamente.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido consolidado totalizou R\$3.659,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 e R\$4.040,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. Abaixo apresentamos a evolução do Patrimônio líquido consolidado da Companhia.

	Em milhares de reais
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.364.132
Resultado líquido do exercício	557.671
Diferenças cambiais sobre controladas e joint venture no exterior	(9.285)
Realização do ajuste de reclassificação – ganho na baixa do investimento	(7.557)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	2.027
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	1.602
Dividendos distribuídos	(4.231)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	(93.500)
Dividendo adicional proposto – destinação de incentivo fiscal (ICMS)	(1.000.000)
Dividendos intermediários	(117.167)
Dividendo adicional proposto	1
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	(34.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.659.443
Resultado líquido do exercício	735.236
Diferenças cambiais sobre controladas e joint venture no exterior	16.540
Realização do ajuste de reclassificação – ganho na baixa do investimento	(318)
Aquisição de ações em tesouraria	(3.036)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	1.977
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	2.755
Dividendos distribuídos	(50.816)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	(80.750)
Dividendos intermediários	(168.589)
Dividendos prescritos	4
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	(71.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.040.946

Capital de Giro

O capital de giro está demonstrado a seguir:

Em milhares de reais	31/12/2023	31/12/2024
Capital de giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante)	2.317.052	2.613.397
Capital de giro / Ativo total	56,9%	58,1%
Capital de giro / Receita líquida de vendas	95,2%	99,4%

Descrição das principais contas da Demonstração do resultado consolidado

Vide item 2.2, letra “a”, deste Formulário.

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita bruta de vendas

A Grendene alcançou, em 2024, uma receita bruta total de R\$3,2 bilhões, impulsionada pela venda de 139,4 milhões de pares, o que representou um crescimento de 7,5%. No entanto, houve uma leve retração de 0,2% no volume de pares vendidos em comparação a 2023.

No mercado interno, a Companhia registrou um aumento de 8,1% na receita bruta, alcançando R\$2,7 bilhões, além de um crescimento de 1,0% no volume de pares vendidos em relação a 2023, totalizando 114,1 milhões de pares. Esses resultados refletem a força de nossas marcas e a fidelidade dos consumidores, mesmo diante de um cenário econômico desafiador.

No mercado externo, as exportações de calçados enfrentaram desafios significativos, como o aumento das taxas de juros em diversas economias, problemas logísticos internacionais e conflitos regionais. Apesar dessas dificuldades, as exportações geraram uma receita bruta de R\$581,9 milhões, com um crescimento de 4,8% em relação a 2023. No entanto, o volume de pares exportados caiu 5,0%, somando 25,3 milhões de pares, evidenciando a necessidade de estratégias ágeis frente à volatilidade econômica global.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Receita bruta de vendas	3.010.376	3.236.823	7,5%
Mercado interno	2.454.904	2.654.898	8,1%
Exportação	555.472	581.925	4,8%
<i>Exportação em US\$</i>	<i>111.206</i>	<i>107.974</i>	<i>(2,9%)</i>

Em milhares de pares	2023	2024	Var. 2024/2023
Volumes	139.659	139.448	(0,2%)
Mercado interno	113.035	114.148	1,0%
Exportação	26.624	25.300	(5,0%)

Em reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Receita bruta por par	21,56	23,21	7,7%
Mercado interno	21,72	23,26	7,1%
Exportação	20,86	23,00	10,3%
<i>Exportação em US\$</i>	<i>4,18</i>	<i>4,27</i>	<i>2,2%</i>

Receita líquida de vendas

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Receita bruta de vendas	3.010.376	3.236.823	7,5%
Mercado interno	2.454.904	2.654.898	8,1%
Exportação	555.472	581.925	4,8%
Deduções das vendas	(576.769)	(608.243)	5,5%
Devoluções de vendas e impostos sobre a vendas	(445.975)	(470.671)	5,5%
Descontos concedidos a clientes	(130.794)	(137.572)	5,2%
Receita líquida de vendas	2.433.607	2.628.580	8,0%

Custo dos produtos vendidos (CPV)

Em 2024, o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) teve um leve aumento de 2,8%, totalizando R\$1,4 bilhão. Esse incremento foi causado, principalmente pelo aumento dos custos com mão de obra e outros gastos gerais de fabricação.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Custo dos produtos vendidos	1.349.924	1.387.506	2,8%

Em reais por par	2023	2024	Var. 2024/2023
Custo dos produtos vendidos/par	9,67	9,95	2,9%

Lucro bruto

O lucro bruto registrou um crescimento de 14,5% em comparação ao ano anterior, e a margem bruta, apresentou um avanço significativo de 2,7 pontos percentuais, passando de 44,5% em 2023 para 47,2% em 2024. Esse crescimento foi impulsionado tanto pelo incremento da receita líquida e volume, quanto pela maior eficiência na gestão dos custos dos produtos vendidos que aumentaram em menor proporção.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Lucro bruto	1.083.683	1.241.074	14,5%
Margem bruta	44,5%	47,2%	2,7 pp

Despesas operacionais (DVG&A)

Despesas com vendas (DV)

As despesas comerciais da Companhia são predominantemente variáveis na forma de fretes, licenciamentos, comissões, publicidade e marketing. Em 2024, essas despesas representaram 23,5 da receita líquida, uma redução de 1,2 pp em relação a 2023.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Despesas com vendas	(600.218)	(618.441)	3,0%
% da receita líquida de vendas	24,7%	23,5%	(1,2 pp)

Despesas gerais e administrativas (DG&A)

Em 2024, as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 4,5% em comparação a 2023, mas mantiveram-se em torno de 4,0% da receita líquida de vendas. A Companhia continua comprometida com a otimização de custos e a melhoria da eficiência operacional, visando assegurar a sustentabilidade de seu crescimento.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Desp. Gerais & administrativas	106.510	111.264	4,5%
% da receita líquida de vendas	4,4%	4,2%	(0,2 pp)

Resultado financeiro líquido

Em 2024, o resultado financeiro recorrente foi positivo em R\$255,3 milhões, 14,5% maior que o obtido em 2023, impulsionado, sobretudo, pelos rendimentos oriundos da equivalência patrimonial dos investimentos em SCP's.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	137.154	128.837	(6,1%)
Rendimentos de aplicações financeiras	137.154	128.837	(6,1%)
Result. de instrumentos financeiros de renda variável	(6.050)	-	(100,0%)
Resultado de instrumentos financeiros de renda variável	(6.050)	-	(100,0%)
Resultado financeiro câmbio	13.864	(30.235)	(318,1%)
Resultado operações de derivativos cambiais – BM&F	14.962	(47.585)	(418,0%)
Receitas operações de derivativos cambiais – BM&F	24.611	20.732	(15,8%)
Despesas operações de derivativos cambiais – BM&F	(9.649)	(68.317)	608,0%
Resultado variação cambial	(1.098)	17.350	(1.680,1%)
Receitas com variação cambial	50.913	68.654	34,8%
Despesas com variação cambial	(52.011)	(51.304)	(1,4%)
Resultado de outros ativos financeiros – SCPs	18.204	52.233	186,9%
Resultado de outros ativos financeiros – SCPs	18.204	52.233	186,9%
Resultado Certificado de Operações Estruturadas – COE	29.531	(3.105)	(110,5%)
Resultado Certificado de Operações Estruturadas – COE	29.531	(3.105)	(110,5%)
Outras operações financeiras	8.152	(9.096)	(211,6%)
Juros ativos	35.684	16.939	(52,5%)
Juros recebidos de clientes	2.972	2.969	(0,1%)
Despesas bancárias	(7.407)	(6.749)	(8,9%)
Despesas de financiamentos	(9.106)	(9.967)	9,5%
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(8.320)	(7.360)	(11,5%)
Outras receitas / despesas financeiras	(5.671)	(4.928)	(13,1%)
Receita de ajuste a valor presente	116.186	116.621	0,4%
Ajustes a valor presente	116.186	116.621	0,4%
Resultado financeiro líquido contábil	317.041	255.255	(19,5%)
(+) Equivalência Patrimonial – SCP's	1.812	109.913	5.965,8%
Resultado financeiro líquido recorrente	318.853	365.168	14,5%

Lucro líquido do exercício

Em 2024, o lucro líquido recorrente registrou um crescimento de 20,5% em comparação ao mesmo período de 2023. A margem líquida recorrente também apresentou melhora, subindo de 27,2% em 2023 para 30,3% em 2024, o que representa um aumento de 3,1 pontos percentuais.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Lucro líquido do exercício	557.671	735.236	31,8%
Efeito não recorrente	103.499	61.222	(40,8%)
Lucro líquido do exercício recorrente	661.170	796.458	20,5%
Margem líquida	22,9%	28,0%	5,1 pp
Margem líquida recorrente	27,2%	30,3%	3,1 pp

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2023 tivemos itens não recorrentes referente a: créditos processuais R\$8,2 milhões, variação cambial baixa investimento – controladas exterior R\$7,5 milhões, despesas com assessoria jurídica R\$2,5 milhões, descontinuidade investimentos no exterior R\$18,4 milhões, reciclagem dos estoques – controladas exterior R\$1,0 milhão, gestão de franquias R\$13,2 milhões, indenização a representantes R\$1,3 milhão, processos judiciais R\$5,6 milhões, perdas estimadas com devedores duvidosos R\$17,2 milhões e resultado equivalência patrimonial R\$63,0 milhões.

Em 2024 tivemos itens não recorrentes referente a: créditos processuais R\$5,6 milhões; baixa investimento controlada de R\$0,3 milhão; reversão perdas estimadas devedores duvidosos R\$14,3 milhões; resultado equivalência patrimonial R\$46,5 milhões; assessoria jurídica de R\$3,2 milhões; descontinuidade investimentos – controladas exterior R\$0,7 milhão; doação calamidade pública-RS R\$1,2 milhão; gestão de franquias R\$7,7 milhões e processos judiciais R\$4,7 milhões.

Apresentamos a seguir a conciliação do EBIT, Ebitda:

Conciliação do EBIT / EBITDA - Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Lucro líquido do exercício	557.671	735.236	31,8%
Tributos sobre o lucro	34.298	77.583	126,2%
Resultado financeiro líquido	(317.041)	(255.255)	(19,5%)
EBIT	274.928	557.564	102,8%
Depreciação e amortização	95.796	84.371	(11,9%)
EBITDA	370.724	641.935	73,2%
Efeito não recorrente	106.511	(49.213)	(146,2%)
EBIT recorrente	370.724	641.935	73,2%
EBITDA recorrente	477.235	592.722	24,2%
Margem EBIT	11,3%	21,2%	9,9 pp
Margem EBIT recorrente	15,7%	24,4%	9,2 pp
Margem EBITDA	15,2%	24,4%	9,2 pp
Margem EBITDA recorrente	19,6%	22,5%	2,9 pp

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação:

Nossas receitas operacionais são impactadas por modificações nos volumes de pares vendidos, na receita bruta por par e pela taxa de câmbio na exportação. O impacto dos itens mencionados pode ser observado nas tabelas abaixo:

Receita bruta (Em milhares de reais)	2023	2024	Var. 2024/2023	
			R\$	%
Mercado interno R\$	2.454.904	2.654.898	199.994	8,1%
Exportação R\$	555.472	581.925	26.453	4,8%
Exportação US\$	111.206	107.974	(3.232)	(2,9%)
Total	3.010.376	3.236.823	226.447	7,5%

Volume de vendas (Em milhares de pares)	2023	2024	Var. 2024/2023	
			Pares	%
Mercado interno	113.035	114.148	1.113	1,0%
Exportação	26.624	25.300	(1.324)	(5,0%)
Total	139.659	139.448	(211)	(0,2%)

Receita bruta por par (em R\$)	2023	2024	Var. 2024/2023	
			R\$	%
Mercado interno R\$	21,72	23,26	1,54	7,1%
Exportação R\$	20,86	23,00	2,14	10,3%
Exportação US\$	4,18	4,27	0,09	2,2%
Total	21,56	23,21	1,65	7,7%

Variação em reais da receita bruta de vendas de calçados no mercado interno e na exportação, em função dos volumes e da receita bruta por par	
2023 – 2024	R\$ milhares
Var. volume MI x rec. bruta par do ano anterior – (1.113 x 21,72)	24.172
Var. volume ME x rec. bruta par do ano anterior – (-1.324 x 20,86)	(27.623)
Var. receita – em função dos volumes	(3.451)
Var. rec. bruta par – MI x Volume MI ano atual – (1,54 x 114.148)	175.822
Var. rec. bruta par – ME x Volume ME ano atual – (2,14 x 25.300)	54.076
Var. receita – em função da rec. bruta par	229.898
Total	226.447

Variação em dólares da receita bruta de vendas de calçados na exportação, em função dos volumes e receita bruta por par	
2023 – 2024	US\$ milhares
Var. volume ME x rec. bruta par do ano anterior – (-1.324 x 4,18)	(5.530)
Var. receita – em função dos volumes	(5.530)
Var. rec. bruta par – ME x Volume ME ano atual – (0,09 x 25.300)	2.298
Var. receita – em função da rec. bruta par	2.298
Total	(3.232)

O modelo de negócios adotado pela Grendene contempla a atuação em mercados afetados pela moda onde a Companhia, como diferencial competitivo, apresenta regularmente uma grande quantidade de modelos novos a cada período. Cada modelo ofertado pela Companhia faz parte de uma coleção cuja vida média é em torno de 90 a 180 dias. Os produtos são essencialmente fabricados sob pedido de clientes.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

A cada trimestre a Grendene apresenta novas coleções, propondo ao mercado uma nova base de preços (para cada nova coleção). Neste modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassadas para os preços finais sempre que a demanda por estes produtos e o poder de compra dos consumidores permitirem. Assim sendo, a inflação afeta nosso resultado indiretamente, afetando a renda que o consumidor tem disponível para o consumo de nossos produtos. Nossos principais insumos são *commodities* cotadas em dólar no mercado internacional.

A taxa de câmbio influencia os nossos custos na medida em que afeta os preços em reais destas *commodities* quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço das *commodities* em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço das *commodities* em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação no preço das *commodities* em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado, a taxa de câmbio afeta positivamente as nossas receitas de exportações, geralmente contribuindo positivamente para as margens uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

As taxas de juros não afetam diretamente o resultado operacional da Companhia, somente o resultado financeiro. A Companhia mantém um saldo expressivo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CP e LP) que em 31 de dezembro de 2024 era de R\$1.603,2 milhões (R\$1.252,3 milhões em 2023). Estes recursos basicamente estão aplicados no mercado financeiro rendendo juros a taxas próximas da Selic. Quaisquer variações nas taxas de juros praticados no mercado afetarão a remuneração destes recursos.

Indiretamente a elevação dos juros pode afetar o poder de compra de nossos consumidores.

O quadro a seguir apresenta as variações para os itens nele demonstrados:

	2023	2024	Var. 2024/2023
Receita bruta por par – MI – R\$	21,72	23,26	7,1%
Receita bruta por par – ME – R\$	20,86	23,00	10,3%
Receita bruta por par – ME – US\$	4,18	4,27	2,2%
Receita bruta total par – R\$	21,56	23,21	7,7%
CPV por par – R\$	9,67	9,95	2,9%
Taxa R\$ / US\$ (Final)	4,8413	6,1923	27,9%
Taxa R\$ / US\$ (médio)	4,9950	5,3895	7,9%
IGP-M	-3,18%	6,54%	
IPCA amplo	4,62%	4,83%	

2.3 – Os diretores devem comentar

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRS's novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Normas	Natureza da mudança	Vigência
IAS 21/ CPC 02 (R3): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As modificações implementadas exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra. Quando a troca não for possível, as empresas devem determinar a taxa de câmbio a ser usada e fornecer as divulgações necessárias.	1/01/2025
IAS 28/ CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Esta norma incorporou o método de equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas Demonstrações Individuais, conforme a Lei 6.404/76. A alteração na IAS 27/CPC 35 permitiu a aplicação do MEP nas Demonstrações Separadas, equiparando-se à prática brasileira.	1/01/2025
ICPC 9 (R3): Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A interpretação foi revisada para corrigir a redação e as referências, em resposta às alterações introduzidas pelo CPC 18(R3).	1/01/2025
Emenda IFRS 7 e IFRS 9: Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Trata-se da diversidade nas práticas contábeis, buscando torná-las mais transparentes e coerentes. Dentre os aspectos abordados, destacam-se: (i) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes; (ii) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico.	1/01/2026
IFRS S1/ NBC TDS 1: Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade.	Requer que as entidades forneçam informações relevantes sobre seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam úteis aos principais usuários de relatórios financeiros ao tomar decisões sobre o fornecimento de recursos à entidade.	1/01/2026
IFRS S2/ NBC TDS 2: Requisitos de Divulgação Relacionadas ao Clima	Esta norma exige que as entidades divulguem informações sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, relevantes para os principais usuários de relatórios financeiros ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade.	1/01/2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	Substituirá a IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, promovendo consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações incluem: (i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; (ii) Novos subtotais exigidos na DRE; (iii) Exigências aprimoradas em agrupamento de informações: agregação, desagregação e rotulagem; (iv) Requisitos para divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela gestão (MPMs).	1/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Esta norma permite que subsidiárias sem responsabilidade pública, cujos controladores elaborem demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais em suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis.	1/01/2027

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor:

Não há opiniões modificadas e ênfases no parecer do auditor.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2023 e 2024, não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades da Companhia que tenha causado ou que se espere que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou nos seus resultados.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 07 de outubro de 2021, a Companhia celebrou, com o fundo Radar Private Fund I LP, os documentos vinculantes para a constituição da *joint venture* Grendene Global Brands Limited (GGB), com início das operações em 2022. Em 29 de novembro de 2024, a Companhia adquiriu os 50,1% remanescentes da GGB, passando a deter 100% do capital social da subsidiária.

No mesmo exercício, a Companhia adquiriu 42% do capital social total da Várzea SPE, sociedade de propósito específico voltada à geração de energia solar, com o objetivo de garantir previsibilidade e estabilidade no suprimento energético da Companhia e realizou investimento societário na NM Vila Participações S.A., mediante subscrição de ações preferenciais representativas de 16,66% de seu capital, visando à participação em empreendimentos imobiliários por meio de sociedades em conta de participação.

Nenhuma dessas operações, embora relevantes do ponto de vista estratégico, gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do exercício de 2024.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2023 e 2024, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades.

a. informar o valor das medições não contábeis

Em 2024 tivemos itens não recorrentes referente a: créditos processuais R\$5,6 milhões; baixa investimento controlada de R\$0,3 milhão; reversão perdas estimadas devedores duvidosos R\$14,3 milhões; resultado equivalência patrimonial R\$46,5 milhões; assessoria jurídica de R\$3,2 milhões; descontinuidade investimentos – controladas exterior R\$0,7 milhão; doação calamidade pública (RS) R\$1,2 milhão; gestão de franquias R\$7,7 milhões e processos judiciais R\$4,7 milhões.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Conciliação do EBIT / EBITDA – Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Lucro líquido do exercício	557.671	735.236	31,8%
Tributos sobre o lucro	34.298	77.583	126,2%
Resultado financeiro líquido	(317.041)	(255.255)	(19,5%)
EBIT	274.928	557.564	102,8%
Depreciação e amortização	95.796	84.371	(11,9%)
EBITDA	370.724	641.935	73,2%
Efeito não recorrente	106.511	(49.213)	(146,2%)
EBIT recorrente	381.439	508.351	33,3%
EBITDA recorrente	477.235	592.722	24,2%
Margem EBIT	11,3%	21,2%	9,9 pp
Margem EBIT recorrente	15,7%	19,3%	3,6 pp
Margem EBITDA	15,2%	24,4%	9,2 pp
Margem EBITDA recorrente	19,6%	22,5%	2,9 pp

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que a exclusão dos itens não recorrentes, mencionados no item 2.5, letra “a”, ajuda a entender de forma mais apropriada e correta a situação financeira e o resultado das operações da Companhia, ao excluir e/ou incluir itens que não se repetem.

NM Vila Participações S.A.: Conforme as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimentos, a Companhia realizou em 21 de fevereiro de 2025, o primeiro aditamento ao acordo de acionistas da MN Vila Participações S.A., com o objetivo de realizar ajustes sobre as sociedades de propósitos específicos na qual ela configura como sócia participante para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários.

Incorporação da MHL Calçados Ltda.: As administrações da Companhia e da MHL Calçados Ltda., subsidiária integral da Companhia (“MHL”), celebraram, em 05 de março de 2026, o “Protocolo e Justificação de Incorporação da MHL Calçados Ltda.” (“Protocolo e Justificação”), que estabeleceu os termos e condições da incorporação da MHL pela Companhia (“Incorporação”).

O Protocolo e Justificação foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, e a Incorporação foi regularmente aprovada pela Assembleia Geral realizada em 23 de abril de 2026, tendo sido posteriormente consumada, nos termos da legislação societária aplicável.

A Incorporação não gerou efeitos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma vez que se trata de evento ocorrido após a data-base dessas demonstrações.

Ademais, a Administração da Companhia não estima impactos financeiros relevantes decorrentes da Incorporação, considerando que a MHL já não apresentava atividades operacionais e que a operação não implicou aumento ou redução do capital social da Companhia, tampouco a emissão de novas ações.

a. regras sobre retenção de lucros

Segundo o Estatuto Social da Grendene em seu artigo 32, “Os acionistas fazem jus a dividendo obrigatório anual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a. 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e
- b. importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão dessas reservas que tenham sido formadas em exercícios anteriores na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.

§1º. O pagamento do dividendo de que trata este artigo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar na forma prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

§2º. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parcela do lucro líquido para a constituição e/ou manutenção de reserva de lucros estatutária denominada “Reserva para Aquisição de Ações”, que terá por finalidade resgate, recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela mesma, que exercerem suas opções. A Reserva para Aquisição de Ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do Capital Social. Ao final do exercício, o eventual saldo remanescente não utilizado desta reserva poderá ser utilizado, com o mesmo propósito, para o exercício seguinte se assim entender necessário a administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, e, caso não utilizado total ou parcialmente, o referido saldo será revertido para o pagamento de dividendos. Na forma prevista no Artigo 198 da Lei das Sociedades por Ações, a destinação dos lucros para constituição da Reserva para Aquisição de Ações não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

§3º. Os lucros remanescentes têm a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria, observando-se os preceitos legais aplicáveis, notadamente o art. 202, §6º, da Lei nº 6.404/76.”

Ainda de acordo com o artigo 35 do Estatuto Social, “A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, de acordo com Art. 195-A da Lei 6.404/76, modificado pela Lei 11.638/07, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.”

Em 2023 e 2024 a Companhia destinou todo valor recebido a título de subvenção para investimentos para reserva de incentivos fiscais conforme facultado pela lei e pelo Estatuto Social.

Valores de retenção de lucros		
Destinação do resultado do exercício	2023	2024
Lucro líquido do exercício	557.670.992,91	735.235.785,91
Reserva de incentivos fiscais subvenção para investimentos	(274.688.369,97)	(257.188.892,14)
Reserva legal *	-	(23.902.344,72)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório – 25%	282.982.622,94	454.144.549,05
Dividendos prescritos	4.791,44	16.492,00
Total do dividendo proposto pela administração	282.987.414,38	454.161.041,25
Pago da seguinte forma:		
Dividendo obrigatório – 25%	70.745.655,74	113.536.137,26
Dividendo em excesso ao mínimo obrigatório	97.241.758,64	175.624.903,99
Juros sobre capital próprio (JCP)	115.000.000,00	165.000.000,00
Valores das retenções de lucros	274.683.578,53	281.074.744,66
% em relação aos lucros totais declarados	49,3%	38,2%

b. regras sobre distribuição de dividendos

Segundo o artigo 33 do Estatuto Social, a Companhia poderá, *“Por deliberação do Conselho de Administração, pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 32, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.”*

Também, de acordo com Parágrafo Único do referido artigo do Estatuto Social, *“Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas dividendos à conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores.”*

Além disso, nos termos do Parágrafo Único do artigo 34 do Estatuto Social, *“Os dividendos não vencem juros e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.”*

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Segundo o artigo 34 do Estatuto Social, *“A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 32.”*

Nos anos de 2023 e 2024 a Companhia declarou e pagou os dividendos trimestralmente.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

De acordo com o artigo 32, §1º, do Estatuto Social, *“O pagamento do dividendo de que trata este artigo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar na forma prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. [...]”*

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme divulgado em Fato Relevante, a reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de março de 2023 aprovou a nova Política de Dividendos da Companhia, vigente por prazo indeterminado. A política estabelece a distribuição obrigatória de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, nos termos da Lei das S.A., após a constituição das reservas legais e estatutárias, lembrando ainda que poderão ser pagos na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”) conforme faculta a legislação. Assim, o pagamento de dividendos adicionais (dividendos extraordinários), além do mínimo previsto em lei, ficará a cargo do Conselho de Administração “*ad referendum*” da Assembleia Geral de acionistas. Todavia, como já praticado pela Companhia, o valor a ser distribuído a cada ano será proposto pela administração (“*ad referendum*” da assembleia de acionistas) após a avaliação que considerará, entre outros aspectos, o nível de capitalização, alavancagem financeira e liquidez da Companhia, sua capacidade de geração de caixa, seu plano de investimento, as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado dos negócios da Companhia e/ou a necessidade de recursos para fins de utilização em programas de recompra em vigor.

Adicionalmente, manteremos nossa política de distribuição trimestral dos dividendos.

A Política de Dividendos da Companhia, conforme alterada, pode ser encontrada na internet no endereço: <https://ri.grendene.com.br/PT/Governanca-Corporativa/Estatuto-Politicas-Regimentos>

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não Aplicável

ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não Aplicável

iii) Contratos de construção não terminada

Não Aplicável

iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não Aplicável

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos com sociedades controladas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira e/ou mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital que não estejam registrados em seu balanço patrimonial.

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não Aplicável

- b. Natureza e o propósito da operação**

Não Aplicável

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não Aplicável

a. Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2023 e 2024 os maiores investimentos foram em manutenção de prédios industriais, reposição do ativo imobilizado e aquisição de novos equipamentos para modernização do parque fabril e nos diversos projetos para melhorar a eficiência da companhia.

A composição dos investimentos está demonstrada no quadro a seguir:

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Investimentos (em imobilizado e intangível)	122.876	187.381	52,5%

As descrições quantitativas e qualitativas dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos estão descritas nos itens 2.10.b e 2.10.c. abaixo.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições de fazer todos os investimentos com recursos próprios.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não temos previsão de aquisição de plantas industriais, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

A Grendene atua no setor de calçados com fortes componentes de moda e seu modelo de negócios se assemelha ao que é conhecido no mercado como “*fast fashion*”, que consiste no lançamento de muitos produtos num ano compondo diversas coleções. Desta forma o portfólio de produtos da Grendene é inteiramente renovado a cada 90 (noventa) a 180 (cento e oitenta) dias.

Para garantir o sucesso e aceitação destas coleções a Grendene acompanha continuamente o mercado mantendo estreita comunicação com os pontos de venda e realiza pesquisas de mercado junto a consumidores alvo sobre suas propostas de lançamentos. Também faz parte deste esforço a participação em muitas feiras nacionais e internacionais onde as reações dos compradores relativas aos produtos podem ser observadas e testadas.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Grendene não divulga pesquisas em andamento pelas características de seu negócio, mas mostra o resultado na forma de produtos nos lançamentos, que geralmente ocorrem durante a participação em feiras e eventos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Investimento em P&D de novos produtos	51.212	46.657	(8,9%)

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide itens 2.10.b e 2.10.c.

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não distinguimos estes gastos dos apresentados no item 2.10.c.ii.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

Existem inúmeras oportunidades relacionadas a questões Ambientais, Sociais e de Governança (“ASG”). Diante disso, unimos sustentabilidade à estratégia dos negócios e, apoiados em um modelo de produção eco eficiente, investimos no lançamento de produtos de menor impacto, contemplando a escolha da matéria-prima ideal e avaliando o ciclo de vida dos nossos produtos.

Acreditamos que os investimentos contínuos em inovação aumentam nossa geração de valor e promovem uma cultura de sustentabilidade para nossos públicos. Em vista disso, podemos destacar, o lançamento de coleções com menor impacto ambiental e baixa emissão de carbono, que contam com o uso de biomateriais, como a cana-de-açúcar e as cascas de arroz, de origem renovável, além de outras estratégias, como o aumento do percentual de conteúdo reciclado nos calçados e uso de materiais reciclados pós-consumo.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

- a. objeto da projeção**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não se aplica. A Companhia não divulga projeções e/ou premissas.

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não se aplica. A Companhia não divulgou projeções e/ou premissas durante os 3 últimos exercícios sociais.

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

A Grendene é uma empresa de grande porte dentro do seu mercado de atuação – desenvolvimento, fabricação e venda de calçados – estando entre as maiores do mundo e sendo responsável pela fabricação de cerca de 15% do consumo brasileiro. A empresa atua em todos estados da federação, presente em aproximadamente 65.000 pontos de venda e exporta para mais de 100 países. Em 2024 nossos produtos foram vendidos para 114,1 milhões de consumidores no Brasil e 25,3 milhões de consumidores nos diversos países para os quais exportamos. Desta forma, a maioria dos riscos que enfrentamos são de natureza macroeconômica, ligados ao nível geral de atividade econômica e particularmente ao desempenho do setor de bens de consumo, para os quais temos limitada capacidade de proteção.

Nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer dos riscos aqui relacionados e ainda em função de outros riscos que não conseguimos antever atualmente. O preço de mercado das ações da Grendene pode cair devido a quaisquer destes riscos, sendo que há possibilidade de perda de parte ou de todo o capital nela investido. Riscos adicionais, que são atualmente desconhecidos ou irrelevantes também podem ter um efeito adverso em nossos negócios e no investimento em nossas ações.

a. Emissor

Podemos não ser bem-sucedidos em implementar nossa estratégia de crescimento.

No mercado doméstico, nossa principal área de atuação, já temos uma participação relevante ao mesmo tempo que enfrentamos concorrentes fortes que dificultam a conquista de participação ainda maior no total dos calçados consumidos no país. Além disso, o crescimento da população é pequeno (em torno de 0,4% a.a.) e o crescimento de consumo no futuro deverá estar associado a uma maior renda média disponível para o consumidor. Já no mercado internacional enfrentamos intensa competição, diferentes efeitos nas taxas de câmbio entre as moedas dos países onde estão localizados os fabricantes concorrentes e as moedas onde estão localizados os maiores mercados de consumo e barreiras alfandegárias ou de outra natureza, impostas por países para proteger seus mercados locais de consumo contra fornecedores localizados em outros países. Como parte de nossa estratégia de crescimento, nós procuramos posicionar melhor nossas marcas próprias, expandir nossas vendas no mercado local e internacional e elevar nosso desempenho operacional, inclusive por meio da obtenção de novos incentivos fiscais. Nós pretendemos manter nossa estratégia de crescimento, com a utilização de ações de marketing e esforços de promoção, lançamento contínuo de novos produtos, crescimento de nossas vendas no mercado interno e expansão de nossa produção e exportações. Nós poderemos não ser capazes de implementar satisfatoriamente nossas estratégias de crescimento, inclusive em função de barreiras tarifárias e/ou não tarifárias nos países para os quais exportamos nossos produtos. Se nós falharmos em implementá-las, nossa taxa de crescimento poderá diminuir ou nossos resultados operacionais poderão ser reduzidos, o que poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

Podemos não ser bem-sucedidos em gerenciar nosso crescimento.

Nosso desempenho futuro irá depender de nossa capacidade de gerenciar o crescimento de nossas operações domésticas e internacionais, mediante a identificação de tendências de moda e lançamento de produtos desejáveis a custo acessível, conjuntamente com a melhora de nossos sistemas de controles financeiros e operacionais, nossa infraestrutura e nosso sistema de informações, assim como a contratação de mão de obra qualificada de marketing, design e produção e aumento de nossa capacidade produtiva. Não podemos assegurar que nossa capacidade de gerenciamento do nosso crescimento será bem-sucedida ou que não interferirá adversamente na estrutura já existente. Caso não sejamos capazes de gerenciar nosso crescimento de forma satisfatória, poderemos perder nossa participação no mercado (*Market Share*), o que poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

Nossas vendas e rentabilidade poderão ser adversamente afetadas se nossos investimentos em propaganda e marketing, incluindo nossos licenciamentos, não produzirem os efeitos pretendidos para aceitação e consumo de nossos produtos.

Considerando que a demanda de nossos consumidores por calçados é altamente influenciada pela imagem de nossas marcas, nossos negócios requerem investimentos substanciais em propaganda e marketing, incluindo o licenciamento de marcas e nomes de celebridades nacionais e internacionais e personagens infantis conhecidos nacional e internacionalmente. Caso tais investimentos não atinjam os efeitos por nós pretendidos no sentido de elevar a aceitação e consumo de nossos produtos ou, ainda, caso não sejamos capazes de manter e contratar novos licenciamentos, nossas vendas e rentabilidade podem ser adversamente afetados.

Caso nossas marcas venham a ser utilizadas indevidamente por nossos concorrentes ou caso sejamos impedidos de utilizar nossas marcas, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Nossas marcas e o design de nossos produtos estão constantemente sujeitos à utilização indevida e violação, por terceiros, de nossos direitos de propriedade intelectual. Há produtos falsificados e produtos que infringem os nossos direitos de propriedade intelectual nos mercados em que atuamos e em outros mercados. Nem sempre temos sucesso, especialmente em outros países, em combater a falsificação de nossos produtos e a infração de nossos direitos de propriedade intelectual. A falsificação de nossos produtos e a utilização indevida de nossas marcas pode não apenas nos causar efeitos adversos em nossas vendas, como atingir a integridade de nossas marcas próprias em função de sua associação com produtos de menor qualidade.

Adicionalmente, embora tenhamos o registro da grande maioria de nossas marcas e patentes, não podemos assegurar que nossos concorrentes não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual. Nessa hipótese, caso sejamos impedidos de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

O desligamento ou perda dos serviços de sistemas pode afetar adversamente os nossos negócios.

Para operar eficientemente a Companhia depende dos seus sistemas de informática e telecomunicações e o mau funcionamento ou perda de operacionalidade destes sistemas, ainda que temporariamente, podem afetar negativamente nossos negócios.

Os sistemas da Companhia e de suas controladas são todos informatizados. Para prevenir problemas, mantemos plano de contingência que prevê recuperar toda a base de dados e retomar normalmente a operação em um prazo inferior a quarenta e oito horas (*disaster recovery*). A base de operação da empresa está fundamentada na continuidade de processos computacionais, através de serviços que trabalham em paralelo, com capacidade de auto reinicialização e operação concentrada em parte do ambiente, permitindo evitar paradas críticas com tempos de recuperação que possam impactar nos negócios.

A base de dados é replicada em tempo real, atualizada em dois datacenters, localizadas em ambientes físicos distintos, utilizando comunicação em rede de fibras independentes da rede convencional de departamentos e usuários. Todos os ambientes foram implantados e operam com resiliência “ativa-ativa” (dois ambientes ativos em paralelo), com os conceitos de alta disponibilidade e de virtualização.

Toda a rede de comunicação de dados entre as unidades é redundante, e atendida por duas operadoras, que necessariamente devem comprovar que os trajetos de comunicação físicos não se cruzam ou interligam. As redes de comunicação funcionam também no princípio “ativo-ativo”, tendo no caso de ocorrência de parada, priorização de tráfego. A rede interna em cada localidade também é redundante com links de fibra em anel, garantido alta disponibilidade e desempenho, com seleção automática da melhor rota.

Pratica-se monitoramento em tempo real dos principais ativos computacionais, seja *software*, *hardware* ou *telecom*, garantindo antecipação dos problemas e independência de sermos avisados sobre problemas. As manutenções preventivas e preemptivas são efetuadas a partir de calendário pré-estabelecido e monitorado, a parte do fluxo normal de manutenções de TI. Recentemente, modernizamos nossos sistemas de gerenciamento de ambientes em datacenters, aumentando o número de sensores e interligando aos sistemas de monitoramento de câmeras da área de segurança patrimonial.

Não obstante estes cuidados, poderão em caso de rara exceção, ocorrer situações em que sejamos incapazes de restaurar os serviços na velocidade e na qualidade estabelecidos para uma operação eficiente de nossas atividades.

Nossas operações podem ser adversamente afetadas por problemas em nossas fábricas, instalações ou meios de transporte.

A Grendene desenvolve produtos novos em grande quantidade, basicamente através de equipe própria de design localizada no município de Farroupilha, no Rio Grande do Sul e para tanto utiliza sistemas avançados informatizados e ferramentas de colaboração. As matrizes para a injeção dos calçados são fabricadas em Farroupilha, no estado do Rio Grande do Sul e são enviadas para nossas diversas fábricas localizadas nos municípios de Fortaleza, Sobral e Crato no estado do Ceará. As matérias primas são adquiridas por equipe também localizada no município de Farroupilha, no Rio Grande do Sul e entregues diretamente em nossas fábricas por transportadoras independentes. Uma vez fabricados os produtos são despachados para os centros de consumo em todo o Brasil, mas com expressivo volume concentrado no sudeste brasileiro. O transporte de produtos prontos e de matérias primas no território nacional é feito no modal rodoviário e no caso das

exportações de produtos e importações de matéria prima no modal marítimo, principalmente através do porto de Pecém localizado no Ceará.

A ocorrência de sinistros como incêndios e outros acidentes podem causar danos às instalações e aos estoques, interrompendo a produção e a distribuição de produtos. A falta de energia, água e combustíveis por parte das concessionárias de serviços públicos e das distribuidoras, bem como greves, piquetes e bloqueios logísticos, também podem comprometer a fabricação dos produtos. Para os tipos que julga possíveis de sinistros a Companhia possui seguros contratados e/ou planos de contingência que minimizam os riscos mencionados.

Ainda assim, não é possível prever que no futuro não ocorra nenhum sinistro que possa provocar a paralisação de alguma das fábricas ou dos meios de transporte impedindo o recebimento de matéria prima e/ou o despacho de produtos para nossos clientes.

Somos titulares de benefícios fiscais federais e estaduais e a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de tais benefícios podem afetar adversamente nossos resultados.

A indústria de calçados no mundo inteiro goza de diferentes incentivos fiscais e estímulos governamentais, que são importantes para a capacidade das empresas competirem eficazmente e nas suas decisões de localização de fábricas. Também no Brasil estes incentivos existem especialmente para fábricas localizadas na região nordeste, onde está a maior parte dos fabricantes nacionais.

Segundo nossa estratégia, fabricamos 100% de nossos produtos no Brasil no Estado do Ceará, na região nordeste, e desde o final da década de 90, a Companhia é titular de incentivos fiscais estaduais, tendo hoje 11 (onze) unidades no estado do Ceará contempladas com incentivos. Somos titulares de benefícios fiscais federal e estadual que nos garantem isenção ou redução do imposto de renda, bem como a conversão em isenção de parte do valor do ICMS devido ao Estado do Ceará.

A Companhia possui incentivo fiscal federal para todas as unidades industriais sediadas no Nordeste do Brasil, com incentivo concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tais incentivos, federal e estadual, consistem na transferência de recursos a título de contrapartida dos respectivos governos para os investimentos da Companhia na construção, instalação e modernização de novas unidades industriais nos respectivos estados ou regiões. A concessão de tais incentivos é realizada somente após a Companhia comprovar a realização dos investimentos previstos em projetos aprovados pelos respectivos governos, nos termos das leis que autorizam os respectivos governos a conceder subvenções para a realização de tais investimentos.

Mesmo se tratando de incentivos fiscais concedidos em função do atendimento a determinadas condições e por prazo certo – os quais, segundo a legislação brasileira, não podem ser suprimidos unilateralmente pelos governos concedentes antes do transcurso do prazo de concessão – a Companhia poderá vir a sofrer a suspensão do direito ao recebimento dos mesmos, ou até seu cancelamento, caso descumpra algumas exigências que devem ser obedecidas durante seu prazo de fruição, tais como: (i) aplicação de recursos em valor suficiente para a implantação/modernização da atividade objeto do investimento; (ii) manutenção de suas operações dentro da regularidade fiscal, especialmente pagando os tributos sem atrasos; e (iii) apresentação, anualmente, de certos documentos e relatórios às autoridades competentes. O não cumprimento de tais obrigações pode resultar na suspensão ou no cancelamento de tais incentivos fiscais, podendo até obrigar a Companhia e suas Controladas a devolverem o valor dos incentivos recebidos, acrescido de encargos, o que pode vir a ter um efeito adverso relevante para a Companhia.

Não podemos assegurar que os benefícios fiscais estaduais serão efetivamente mantidos até o final de seus prazos de vigência ou, ainda, no caso dos benefícios fiscais estadual e federal, que seremos capazes de renová-los, em condições favoráveis, após expirado seu prazo atual de vigência ou obter novos benefícios fiscais após encerrado o prazo de vigência dos benefícios fiscais de que a Companhia atualmente é titular. Caso o benefício fiscal estadual de que somos titulares venha a ser questionado judicialmente por terceiros, incluindo, a título exemplificativo, o Ministério Público, outros Estados e novos governantes do Estado do Ceará, e a decisão judicial final nos seja desfavorável, poderemos ter o benefício fiscal cancelado e/ou sermos cobrados pelo valor objeto da isenção, redução e/ou diferimento concedidos até a data de tal decisão (respeitado o prazo prescricional e decadencial), conforme o caso, o que poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

A Companhia, considerando o atual cenário de aprovação de ampla reforma tributária do consumo no ano de 2023, por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023, bem como considerando a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a reforma tributária, não pode assegurar que continuará a obter novas subvenções para investimento depois de expirados os prazos de fruição dos atos concessivos atuais, e, se conseguir, não pode assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente é titular. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não seja possível a renovação, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, a geração de caixa da Cia poderá sofrer efeito adverso.

O preço de nossas matérias primas é volátil e uma oscilação brusca e inesperada nos preços de nossas matérias-primas poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

Nossas principais matérias primas são a resina de PVC e os óleos plastificantes. Tais matérias primas são consideradas commodities e os preços dos produtos vendidos no Brasil são fixados tomando por referência os preços no mercado internacional e de acordo com a oscilação da oferta e da procura. Historicamente, os mercados internacionais de produtos petroquímicos passaram por períodos alternados de oferta limitada, o que acarretou aumento dos preços, seguidos por expansão na capacidade de produção, resultando em excesso de oferta e diminuição dos preços.

Nós não temos e não teremos controle sobre os fatores que afetam a flutuação da cotação de tais commodities e alterações bruscas e inesperadas na cotação das mesmas, bem como oscilações na oferta e demanda por tais produtos, podem impactar diretamente o preço de nossas matérias-primas e insumos o que poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Nossos Acionistas

Não podemos assegurar a existência de um mercado ativo e líquido para nossas ações e poderão ocorrer limitações na possibilidade de venda e compra de nossas ações.

Não podemos prever em que medida uma conjuntura desfavorável das economias nacional e internacional, com possível fuga de capitais do mercado acionário brasileiro, afetará a liquidez de nossas ações no futuro e nem em que medida este fator pode provocar a queda no valor das nossas ações.

Visando minimizar este risco a Grendene mantém um programa de Relações com Investidores bastante ativo, que, dentre várias ações, inclui a realização de *non-deal road shows* junto a investidores locais e internacionais com o objetivo de mantê-los informados sobre o setor em que a Companhia atua e, no caso de investidores internacionais, a respeito da conjuntura econômica brasileira. Também para mitigar este risco, a Grendene contratou a BTG Pactual CTVM S.A. para atuar como formador de mercado das suas ações.

A venda de um número significativo de nossas ações por parte dos acionistas controladores pode afetar de maneira adversa o seu preço. A venda por nossos acionistas de uma quantidade significativa de ações, ou a percepção de que isso possa vir a acontecer, pode afetar de maneira adversa o preço de mercado de nossas Ações.

Acionistas Controladores

Os acionistas controladores possuem, em conjunto, participação relevante no capital votante da Companhia, permitindo-lhes influenciar de forma significativa as decisões estratégicas e a condução dos negócios.

O exercício do poder de controle ocorre de forma compartilhada entre os integrantes do bloco de controle, nos termos de acordo de acionistas vigente.

Nesse contexto, os acionistas controladores podem:

- Eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e destituí-los;
- Influenciar a administração e as políticas da Companhia;
- Determinar o resultado de deliberações relevantes, incluindo reorganizações societárias e operações com ativos relevantes;
- Influenciar a política de distribuição de dividendos, respeitado o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei.

Os interesses dos acionistas controladores podem diferir daqueles dos demais acionistas da Companhia.

c. suas controladas e coligadas

Controladas: As empresas controladas atuam no mesmo setor (Calçados) e, portanto, estão sujeitas aos mesmos riscos da Grendene. Entretanto, observamos que estas operações são muito pequenas em relação ao tamanho da Grendene.

Coligadas: As empresas coligadas têm por objetivo a administração de bens próprios e a participação, diretamente ou através de subsidiárias, como quotista ou acionista, no capital social de outras sociedades, no país ou no exterior, e/ou em fundos de investimento, como quotista, incluindo a celebração de sociedades em conta de participação. Não temos como assegurar que nossas sociedades serão bem-sucedidas e produzirão os resultados esperados, tampouco, que seremos capazes de manter o bom relacionamento com qualquer um de nossos sócios. Problemas na manutenção de nossas sociedades, bem como dificuldades de atender adequadamente às necessidades de nossos clientes em razão do insucesso destas, poderão causar impacto negativo em nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira. Ademais, de acordo com a legislação brasileira, na qualidade de sócia das sociedades de propósito específico ou coparticipante de associações, podemos nos tornar responsáveis pelas obrigações contraídas, especialmente com relação às obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de defesa do consumidor, o que pode nos afetar diretamente. Além disso, nossos interesses econômicos podem ser divergentes daqueles de nossos sócios, o que poderá nos demandar investimentos e serviços adicionais, impactando negativamente nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira.

d. seus administradores

O desligamento ou perda dos serviços de pessoas estratégicas para a Companhia pode afetar adversamente os nossos negócios.

Nosso desempenho depende, em grande parte, de esforços e da capacidade dos principais executivos, que ocupam posição estratégica em nossa estrutura e orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. A perda dos serviços ou o falecimento de qualquer de tais executivos poderá ter um efeito adverso para a Grendene. Nosso sucesso e crescimento futuro dependem, ainda, de nossa habilidade em identificar, atrair e manter em nossos quadros outros funcionários e administradores qualificados. O mercado em que atuamos é competitivo e nós não podemos assegurar que teremos sucessos em atrair e manter tais funcionários e administradores.

e. seus fornecedores

Nossa cadeia de suprimentos é formada por diversos fornecedores, nacionais e estrangeiros, tanto de matérias primas quanto de outras mercadorias, em especial máquinas e equipamentos utilizados em nossas linhas de produção.

Em geral concentramos o nosso abastecimento em poucos fornecedores para cada tipo de matéria-prima, buscando com isso, aumentar nossa representatividade na receita dos respectivos fornecedores, em consequência, obter preços competitivos, bem como produtos e materiais desenvolvidos por encomenda com características próprias. Tendo em vista que nossas principais matérias-primas são consideradas commodities produzidas em diversas regiões do mundo, acreditamos que embora o nosso abastecimento seja adversamente afetado no caso de uma interrupção em um de nossos fornecedores locais poderemos mitigar estes efeitos recorrendo ao fornecimento internacional. A Grendene tem porte e experiência suficientes para adotar esta solução.

f. seus clientes

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento, por parte da Companhia podem afetar negativamente as receitas da Companhia.

Esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, este risco é naturalmente mitigado pela grande diluição de créditos sendo que não existem clientes que individualmente representem mais que 5% do total de contas a receber de clientes ou das receitas da Companhia.

O desempenho deficiente de representantes comerciais pode afetar negativamente nossas vendas.

Todas as vendas efetuadas no Brasil são realizadas por meio de representantes comerciais, incluindo as vendas realizadas para grandes redes varejistas e lojas especializadas. Mantemos relações estritamente comerciais com nossos representantes, os quais são pessoas jurídicas independentes cujos vendedores não são nossos empregados. Eles atuam em áreas específicas, determinadas em contrato, e pela prestação de tais serviços recebem comissões baseadas no total de vendas efetuadas em sua área de atuação. Nossos representantes comerciais não estão sujeitos a controle de horário de trabalho ou qualquer subordinação hierárquica a empregados da Grendene, suportam todos os custos inerentes às suas atividades.

Estes representantes cumprem um papel fundamental em nosso processo de vendas e sua atuação deficiente pode afetar adversamente nossas receitas. Quando existe a necessidade de substituí-los em função de desempenho insatisfatório podem ocorrer litígios que gerem custos para a Grendene.

No mercado externo, as vendas de nossos produtos são efetuadas por meio de subsidiárias nos Estados Unidos e Itália, que atuam como agentes ou como distribuidoras de nossos produtos, conforme o caso. Nos demais países, usualmente a venda de nossos produtos é feita por meio de distribuidores. Também neste caso, quando existe a necessidade de substituí-los em função de desempenho insatisfatório podem ocorrer litígios e demandas por indenizações que gerem custos para a Grendene.

A Companhia está sujeita a reclamações de consumidores e a recall de produtos, o que poderia afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a Companhia.

A Companhia e suas Controladas produzem e vendem bens de consumo, o que a sujeita à Lei do Consumidor. Caso a Companhia ou suas Controladas venham a ser responsabilizadas em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum recall de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de recall, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações. Mesmo que a Companhia não seja responsabilizada em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

A indústria calçadista é sensível à queda no poder aquisitivo dos consumidores e ciclos econômicos desfavoráveis. Caso as condições econômicas no Brasil e nos demais países que importam nossos produtos venham a se deteriorar, muitos de nossos clientes podem reduzir significativamente suas compras e podem não ser capazes de pagar em tempo hábil os produtos que adquirirem.

Historicamente, o mercado calçadista esteve sujeito a variações cíclicas e queda de desempenho quando há redução dos gastos por parte dos consumidores. Muitos fatores afetam o nível de gastos de nossos consumidores no mercado calçadista, incluindo:

- Condições gerais dos negócios;
- Taxas de juros;
- Renda dos consumidores e em menor proporção a disponibilidade de crédito ao consumidor;
- Tributos; e
- Confiança dos consumidores nas condições econômicas futuras.

A compra de nossos produtos pode sofrer queda durante períodos de recessão, pandemia e pode, ainda, sofrer declínio em outras circunstâncias em que a renda do consumidor venha a ser menor. Condições econômicas adversas nos mercados em que atuamos poderão reduzir nossas vendas e ter um efeito adverso para a Grendene.

A indústria calçadista é altamente competitiva e podemos perder nossa posição no mercado em determinadas circunstâncias.

A indústria calçadista é altamente competitiva e possui baixas barreiras à entrada de novos competidores. Os principais fatores que influenciam a competição nesta indústria incluem o preço, a qualidade do produto, o design do produto, a imagem e o prestígio da marca e a capacidade de atender clientes em tempo hábil. Nós competimos com diversos concorrentes nacionais e internacionais, alguns deles com acesso a significativos recursos financeiros e cujas marcas são dotadas de reconhecimento pelos consumidores. Um grande sucesso de marketing, uma grande campanha promocional ou uma grande inovação tecnológica apresentada por um de nossos concorrentes poderá afetar negativamente nossa posição no mercado. Não podemos garantir que, nesta hipótese, seremos capazes de reagir a tempo e de forma satisfatória ou que as pressões geradas pela competição não terão um efeito adverso para a Grendene.

Alterações não previstas nas preferências dos consumidores, costumeiras na indústria calçadista, poderão ter um efeito adverso para a Grendene.

A indústria calçadista está sujeita a rápidas alterações nas preferências de nossos consumidores. A demanda dos consumidores por nossos produtos é significativamente influenciada pela imagem das marcas, pela receptividade dos consumidores e, eventualmente, pelas condições climáticas. Nossas iniciativas para fortalecer nossas marcas, que incluem a realização de pesquisas de mercado, lançamentos de produtos novos e inovadores, nossas parcerias para licenciamentos, utilização de acessórios e um ativo planejamento de marketing podem não ser bem-sucedidas. Também não podemos garantir que os consumidores irão continuar tendo boa receptividade aos nossos produtos ou que iremos responder rápido o bastante às alterações nas preferências dos consumidores. Se não conseguirmos introduzir no mercado produtos que tenham boa aceitação entre os consumidores, nossas vendas poderão diminuir, o que terá um efeito adverso para a Grendene.

A Grendene opera há mais de 54 anos no setor de calçados e demonstrou larga experiência no sucessivo lançamento de produtos e marcas de sucesso. Entretanto, ocasionalmente alguma coleção de produtos não é bem-sucedida, pois não temos como antever com precisão o gosto dos consumidores, se as tendências de moda que incorporamos aos nossos produtos conquistarão os clientes, as condições econômicas que irão prevalecer quando os novos produtos chegarem ao mercado e que produtos os concorrentes lançarão para disputar os mesmos clientes que nossos produtos pretendem atender. Quando nossas coleções em determinada estação do ano não desempenham bem em relação aos concorrentes os resultados da Grendene são afetados negativamente.

A inflação e as ações do governo para combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e afetar negativamente os negócios da Companhia.

O Brasil já passou por períodos de alta inflação no passado. Desde a implantação do Plano Real em 1994, a inflação anual, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), diminuiu significativamente.

Se o Brasil sofresse altos níveis de inflação novamente, poderia haver desaceleração da taxa de crescimento econômico do país, o que levaria a uma menor demanda pelos produtos da Companhia no Brasil. Provavelmente, a inflação também aumentaria alguns dos custos e despesas da Companhia, especialmente o da mão de obra, vinculado ao reajuste do salário-mínimo, que talvez não possam ser repassados aos consumidores imediatamente, levando à redução de nossas margens de lucro e receita líquida. Além disso, a alta inflação diminui a renda disponível dos consumidores para o consumo discricionário afetando negativamente a demanda de calçados e geralmente conduz a taxas de juros internas mais altas, o que pode reduzir ainda mais esta renda do consumidor na atual conjuntura de endividamento mais elevado da população brasileira.

A inflação também pode prejudicar o interesse dos investidores pelos mercados de capitais, o que pode reduzir o preço das ações em geral, inclusive da Grendene. Pressões inflacionárias também podem levar à adoção de políticas governamentais de combate à inflação, com possíveis impactos adversos para os negócios da Companhia.

Variações cambiais entre o dólar americano e a moeda brasileira podem diminuir a capacidade de exportação da Grendene

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações entre o real, e o dólar americano sendo beneficiados com a desvalorização do real frente ao dólar e prejudicados com a apreciação do real frente ao dólar. Basicamente a apreciação do real frente ao dólar reduz a competitividade de nossos produtos nos mercados internacionais e reduz nossas margens de exportação. Nos últimos anos, aproximadamente 20% de nossas receitas são provenientes de exportação.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios da indústria calçadista.

A indústria calçadista, incluindo a Companhia, está sujeita a uma rigorosa legislação ambiental em nível federal, estadual e municipal, abrangendo, entre outros aspectos, a gestão e destinação de resíduos sólidos, tratamento e descarte adequado de efluentes líquidos industriais e sanitários, bem como o controle de emissões atmosféricas. O setor demanda autorizações e licenças de órgãos governamentais para a realização de determinadas atividades.

O descumprimento das normas ambientais, regulamentos, licenças ou autorizações pode resultar em sanções administrativas, como multas, embargos e revogação de licenças, além de penalidades criminais, que podem atingir não apenas a empresa, mas também seus administradores. Adicionalmente, as companhias podem ser responsabilizadas por custos com medidas corretivas e compensatórias.

Cabe destacar que as autoridades ambientais podem atualizar regulamentos, criar exigências mais rigorosas ou adotar interpretações mais restritivas da legislação vigente, o que pode demandar investimentos adicionais para adequação da Companhia às novas exigências.

Para mitigar tais riscos, a Grendene realiza um mapeamento contínuo dos requisitos legais e regulatórios aplicáveis às suas operações e promove a avaliação sistemática de seus processos para garantir conformidade com as normas ambientais nacionais e internacionais. A Companhia conta com um sistema de gestão e monitoramento de requisitos legais baseado em um software modular, que permite monitoramento em tempo real, otimização de processos e maior segurança na gestão da conformidade.

Esse modelo de governança reforça o compromisso da Companhia com a sustentabilidade, minimizando riscos ambientais e garantindo a aderência às normas aplicáveis, reduzindo potenciais impactos negativos sobre seus negócios.

O pedido de renovação intempestivo de licenças ambientais e a ausência de seguro para a cobertura de danos ambientais pode ter um efeito adverso para a Grendene.

Todas as operações da Companhia são classificadas como de potencial poluidor médio, conforme a Resolução CONAMA nº 237/1997, Lei nº 10.165/2000 e Resolução COEMA nº 02/2019. No entanto, suas plantas industriais requerem a obtenção e manutenção de licenças ambientais para operar regularmente. A falha na obtenção ou renovação tempestiva dessas licenças pode resultar em sanções administrativas, incluindo multas, restrições operacionais e, em casos extremos, a interdição das atividades até a regularização das eventuais não conformidades identificadas pelos órgãos reguladores.

A administração da Companhia avalia que os processos industriais da Grendene, em sua maioria, possuem aspectos ambientais de baixa significância, sendo que os aspectos mais relevantes são controlados por meio de medidas operacionais adequadas. Além disso, a principal matéria-prima utilizada nos processos produtivos é 100% reciclável, e todas as unidades fabris contam com monitoramento contínuo dos requisitos legais, além de práticas de controle de emissões atmosféricas, tratamento de efluentes e gestão de resíduos sólidos.

Diante desse contexto de estruturação, controles internos e monitoramentos contínuos, a Grendene não mantém seguro específico para cobertura de danos ambientais que possam, eventualmente, ser causados por suas operações industriais.

Relação de licenças mantidas:

Unidade	Número da licença ou certificado	Órgão Emissor	Tipo de Licença ou certificado	Vigência
Fortaleza – CE	LO nº PD024/2022	SEUMA – Fortaleza/ CE	Licença Ambiental de Operação	14/03/2027
Fortaleza -CE	Certificado técnico federal - Registro nº 339782	IBAMA	Certificado de regularidade do IBAMA	05/08/2025
Sobral -CE	LO nº 450/2019	SEMACE - CE	Licença Ambiental de Operação	14/08/2027
Sobral -CE	Certificado técnico federal - Registro nº 69684	IBAMA	Certificado de regularidade do IBAMA	24/05/2025
Crato -CE	LO nº 006/2025	SEMMA - Crato /CE	Licença Ambiental de Operação	26/02/2026
Crato -CE	Certificado técnico federal - Registro nº 339795	IBAMA	Certificado de regularidade do IBAMA	16/07/2025
Farroupilha - RS	LO nº 07105/2020	FEPAM - RS	Licença Ambiental de Operação	23/11/2025
Farroupilha – RS	Certificado técnico federal - Registro nº 71447	IBAMA	Certificado de regularidade do IBAMA	11/07/2025

Matriz de Materialidade

A definição dos temas materiais é essencial para assegurar que as práticas da Grendene S.A. estejam alinhadas às expectativas de seus stakeholders e às demandas globais de sustentabilidade. Os temas identificados possuem impacto estratégico para a Companhia, orientando a tomada de decisão e influenciando os âmbitos econômico, ambiental e social. Além disso, a matriz de temas prioritários norteia a estratégia de sustentabilidade para os próximos anos.

A metodologia adotada para a definição da materialidade seguiu a norma GRI 3: Temas Materiais 2021, do Global Reporting Initiative (GRI).

O processo de seleção dos stakeholders e a coleta de dados seguiram os seguintes passos, conforme os princípios da Teoria dos Stakeholders, de Edward Freeman:

1. **Mapeamento dos públicos** envolvidos nas etapas da cadeia de valor da Companhia.
2. **Classificação do nível de poder e interesse de cada grupo no negócio**, com base na metodologia Poder x Interesse, de Ann Qualman.
3. **Consulta às partes interessadas**, por meio de questionário online, que resultou em 1.013 respostas, além de entrevistas com quatro executivos da Companhia e uma parceira comercial do mercado externo.

A priorização dos temas materiais foi realizada com base na abordagem de **dupla materialidade**, considerando duas perspectivas:

Materialidade financeira: impacto dos temas sobre a Companhia.

Materialidade de impacto: impacto da Companhia sobre a economia, a sociedade e o meio ambiente.

Para determinar os temas financeiros, foram analisados os seguintes aspectos:

- Framework Sustainability Accounting Standards Board (SASB).
- Ratings ESG de mercado, como ISE B3, DJSI, FTSE e MSCI.
- Consulta online com conselheiros, executivos e investidores.
- Entrevistas com executivos, que identificaram os temas com maior impacto financeiro.

Já a materialidade de impacto considerou:

- Framework Global Reporting Initiative (GRI).
- Benchmarking com pares do setor e empresas referência em ESG.
- Consulta online com stakeholders (exceto conselheiros, executivos e diretores).

Após a identificação e validação dos temas materiais, eles foram correlacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A consolidação dos temas financeiros e de impacto resultou na definição de 13 tópicos prioritários, monitorados e integrados à estratégia de sustentabilidade da Companhia, cujos riscos e oportunidades são continuamente avaliados:

1. Cadeia de fornecimento sustentável
2. Proteção dos Direitos Humanos
3. Matéria-prima sustentável
4. Saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores
5. Gestão de riscos corporativos
6. Gestão de pessoas
7. Circularidade e ciclo de vida do produto
8. Emissões, riscos e oportunidades climáticas
9. Gestão de água e efluentes
10. Ética e transparência

11. Inovação em materiais, produtos e processos
12. Segurança cibernética, privacidade e proteção de dados
13. Diversidade, inclusão e combate à discriminação

A Matriz de Materialidade atual foi consolidada em 2024, com vigência até 2026.

Alterações nas leis tributárias podem afetar de maneira adversa os negócios da indústria calçadista.

O governo federal e os governos estaduais mantêm políticas de incentivos fiscais para incentivar a industrialização da região, e a Grendene preenche os requisitos para receber estes incentivos e é titular deles, que são importantes para os seus resultados.

Alterações nas normas e legislação tributária, trabalhista, previdenciária e relativa aos incentivos fiscais podem afetar negativamente a demanda e os custos no setor calçadista e para os negócios da Grendene.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Medidas restritivas impostas por países importadores para conter o comércio de calçados podem afetar os negócios da Companhia, aumentando o custo de seus produtos ou reduzindo sua capacidade de exportação.

A Companhia é uma produtora de calçados que abastece o mercado interno brasileiro e vários mercados no exterior.

Em 2024 a Grendene foi responsável por 26% do total de pares de calçados exportados pelo Brasil (22,5% em 2023) e seus produtos são comercializados em mais de 100 países nos cinco continentes.

As exportações da Companhia enfrentam a concorrência de outros produtores de calçados e as restrições impostas pelos países importadores na forma de cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas ou aumentos nas taxas de importação. Qualquer desses fatores podem aumentar os custos dos produtos e torná-los menos competitivos ou impedir que a Companhia os venda nesses mercados. Não há garantia de que os países importadores não irão impor cotas, impostos sobre mercadorias, ou tarifas, nem de que não aumentarão as taxas de importação.

Além disso, a crescente preocupação global com a sustentabilidade tem levado diversos países a adotarem regulamentações ambientais mais rígidas para produtos importados. No setor calçadista, essas restrições podem se tornar um obstáculo para a comercialização no mercado externo, especialmente para empresas que não se adequam às exigências. Muitos mercados internacionais, como a União Europeia e os Estados Unidos, impõem normas rigorosas relacionadas ao uso de substâncias químicas restritas, composição da matéria-prima, uso de material reciclado, emissões de carbono e rastreabilidade da cadeia produtiva. Certificações de terceira parte, são frequentemente exigidas para garantir que os calçados comercializados atendam aos critérios de sustentabilidade.

Diante desse cenário, qualquer mudança relevante nas restrições desses países, ou da região onde eles se localizam, pode afetar as vendas nesses locais. A adaptação a essas exigências não apenas permite a manutenção das exportações, mas também fortalece a imagem da marca, garantindo maior aceitação em mercados exigentes e acesso contínuo a mercados internacionais que priorizam a rastreabilidade e a transparência ambiental.

A Grendene está adequada através de certificações de produção responsável e ética (social e ambiental), sendo elas:

- Programa ABVTEX (associação brasileira do varejo têxtil) – objetivo de assegurar responsabilidade socioambiental e condições de trabalho dignas na cadeia de fornecimento do varejo de moda. Grendene: Selo Ouro (nota máxima) – foco no mercado interno
- Programa SEDEX/SMETA 4 pilares - (*Supplier Ethical Data Exchange*), associação agremiativa sediada em Londres – auditoria de responsabilidade social, ambiental e ética. Foco no mercado externo;
- Origem Sustentável: única certificação de sustentabilidade no mundo que abrange toda a cadeia produtiva do calçado. O programa foi idealizado pela Abicalçados e Assintecal para guiar as empresas calçadistas e de componentes rumo ao alto nível de desempenho em ESG. Grendene: nível diamante (nota máxima).
- Listas de substâncias restritas: A GRENDENE tem o comprometimento de operar seus negócios de maneira sustentável para proteger o consumidor, o trabalhador, e suas marcas. Além de aumentar a qualidade e segurança do produto, e reduzir os impactos ambientais. Todos os fornecedores da GRENDENE são obrigados a entender, concordar, cumprir e certificar que os materiais diretos fornecidos a ela atendem as proibições e limitações descritas na Lista de Substâncias Restritas – LSR. A lista de materiais restritos foi construída e é rotineiramente revisada com base nas diretrizes nacionais e internacionais para a produção de calçados e acessórios, incluindo diretrizes

da REACH, Afirm, Califórnia Proposition 65, assim como requisitos de clientes existentes nos países em que a GRENDENE atua, sendo que vale esclarecer que as concentrações citadas da LRS referem-se ao limite de cada substância em porcentagem (massa/massa) dentro dos calçados, acessórios e/ou embalagens unitárias (individuais) do produto final da Grendene. A GRENDENE também proíbe o uso intencional desses produtos químicos durante a fabricação da matéria-prima, e estabelece limites de impureza para essas substâncias em formulações químicas a ela fornecidas. A GRENDENE mantém o compromisso de realizar avaliações de ciclo de vida para avaliar o impacto ambiental ou os riscos de novos materiais, tecnologias e produtos antes de seu uso.

- Inventário de Emissões de gases de efeito estufa (GEE): Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, demonstrando integralidade, transparência e acurácia nas informações publicadas, validadas por auditoria independente.

j. questões sociais

O propósito da Grendene é fazer moda acessível e sustentável, de forma criativa, valorizando as relações. Esse propósito demonstra o equilíbrio entre negócio, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social. A Grendene destaca sua cultura organizacional em boas relações com funcionários, fornecedores, clientes e a comunidade.

Contar com uma produção verticalizada é um diferencial para a Grendene, e essencial para manter a integridade e o respeito aos Direitos Humanos em nossas operações. Nossos colaboradores têm contratações formais seguindo a CLT e CCT das categorias e as legislações trabalhistas vigentes.

Além disso, nossa liderança responde pela garantia desses direitos, salários justos e valorização das nossas equipes, bem como a responsabilidade em nossa cadeia de valor. Para apoiar a gestão dos Direitos Humanos na Grendene, contamos com as seguintes Políticas:

- **Política de Desenvolvimento Sustentável** em que há uma seção específica sobre “Valorização e Respeito das Pessoas”.
- **Política de Recursos Humanos** com orientações sobre a proibição de trabalho forçado, análogo à escravidão e ao trabalho infantil.
- **Manual de Fornecedores** para promover a condução ética em toda a cadeia.

Outros avanços para criar um ambiente corporativo onde as pessoas se sintam seguras e satisfeitas são:

- **Comitê de Diversidade da Grendene e o Programa Grendene+**, para promover o respeito à diversidade como um todo e combater qualquer forma de discriminação.
- **Canal de Ética e Comitê de Ética** para o monitoramento de qualquer violação aos Direitos Humanos e/ou Código de Conduta em nossas operações, garantindo o alinhamento com os nossos padrões de ética empresarial. O Canal de Ética atende denúncias de todos os públicos que têm relação com a Companhia.

Por fim, destacamos também como mecanismos de mitigação de riscos sociais as principais verificações feitas por terceira parte e que realizamos anualmente nas nossas operações:

- Regularmente somos auditados pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), que atesta as boas práticas em toda a nossa cadeia de produção. Na última auditoria, realizada em novembro de 2024 fomos reconhecidos com o **Selo Ouro da ABVTEX**, nota máxima.
- Também somos auditados pela SMETA (sigla em inglês para Auditoria de Produção e Comércio Ético), uma das auditorias de ética e responsabilidade social de maior reconhecimento mundial, obtendo excelentes resultados.
- Também em 2024, recebemos a recertificação Diamante da Origem Sustentável, um programa de certificação de sustentabilidade e ESG (Environmental, Social and Governance) para empresas do setor calçadista. Nota máxima dessa certificação.
- Além das auditorias supracitadas, nossas operações também passam por avaliações periódicas realizadas pelos nossos clientes.

Outras frentes para a mitigação de problemas relacionados a questões sociais são:

- **Saúde e Segurança do Trabalho** para cuidar da saúde e do bem-estar dos nossos colaboradores, contamos com uma Política de Saúde e Segurança do Trabalho e um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional elaborado internamente, e nossas operações também seguem as Normas Regulamentadoras vigentes. O Sistema Interno de Gestão (SIG) foi elaborado e implementado tendo como base a ABNT NBR ISO 45001:2024, essa norma internacional é referência nas melhores práticas de gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST). Assim, buscamos garantir a

qualidade na proteção aos colaboradores. Todas as atividades da Companhia, diretas e indiretas, são cobertas pela política e o nosso SIG possui interação com todas as unidades e setores da empresa.

- **Segurança da Informação e Privacidade** com a nossa Política Corporativa de Segurança da Informação, estabelecemos as diretrizes para orientar todas as áreas e colaboradores da Companhia sobre o tratamento e proteção da informação na Companhia. As diretrizes da Política abrangem a Proteção, Responsabilidade, Conformidade, Sensibilização, Melhoria Contínua e a Ética. Além disso, contamos com uma Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais, para manter nossa gestão em elevados padrões de segurança da informação e ética no tratamento de dados pessoais.

A partir dessas Políticas, instrumentos e frentes de trabalho, a Grendene consolida seus pilares estratégicos de Pessoas e Sustentabilidade, consolidando a visão a longo prazo na integração de responsabilidade social ao seu modelo de negócio.

k. questões ambientais

A Grendene realiza a identificação dos riscos ambientais por meio do Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais (LAIA), um estudo detalhado que avalia a relação entre as atividades da Companhia e os recursos naturais. Esse processo é conduzido conforme a norma ISO 14001:2015, que define os requisitos para implantação e manutenção de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

A primeira etapa do LAIA consiste na identificação e avaliação dos aspectos e impactos ambientais das operações da Companhia, levando em consideração:

- Escopo ambiental e atividades da empresa;
- Aspectos e impactos ambientais potenciais;
- Critérios qualitativos e quantitativos de criticidade;
- Relevância e abrangência dos impactos;
- Cumprimento de requisitos legais aplicáveis.

A Grendene mapeia e monitora riscos ambientais associados a:

- Danos ambientais diretos;
- Uso inadequado de recursos naturais;
- Não conformidade com exigências socioambientais do mercado interno e externo;
- Obsolescência de estoque.

Para minimizar e/ou eliminar esses riscos, a Companhia implementa ações estratégicas de monitoramento e mitigação, com foco na redução do consumo de recursos naturais, eficiência energética e controle das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Principais Iniciativas Ambientais

Gestão de Recursos Hídricos

A Grendene investe continuamente em eficiência hídrica, com destaque para:

- Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) instaladas em todas as fábricas, permitindo o tratamento de 100% dos efluentes e seu reuso na irrigação de áreas verdes e descargas sanitárias. Em 2024, essa iniciativa resultou na reutilização de 135 milhões de litros de água.

Eficiência Energética e Energia Renovável

- Desde 2021, 100% da eletricidade consumida pela Companhia provém de fontes renováveis, com certificação Renewable Energy Certificate (I-REC).
- A Grendene possui usinas solares próprias nas unidades de Sobral (CE), Crato (CE) e Farroupilha (RS), com capacidade instalada de 3,272 MWp.

- Investimos em tecnologias de rastreamento e eficiência energética, reduzindo 100% das emissões de Escopo 2 pelo método de escolha de compra de energia.

Logística Reversa e Circularidade

A Grendene busca reduzir o descarte de produtos no fim de vida útil por meio de seu Programa de Logística Reversa, que desde 2019 já recolheu mais de 13 mil pares de calçados, distribuídos em mais de 400 pontos de coleta no Brasil.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Grendene adota um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturado para reduzir, reutilizar e reciclar materiais, garantindo destinação ambientalmente adequada. Em 2024, a Companhia destinou corretamente 2.352.548 kg de resíduos, com uma taxa de 12,95 g/par, reforçando o compromisso com a economia circular.

Iniciativas para Ampliação da Reciclagem

- O PVC, principal insumo da produção de calçados, é 100% reciclável, com reciclagem interna e parceria com recicladores externos.
- Desenvolvimento de técnicas próprias para reciclagem e reincorporação de EVA conformado e estudos para viabilizar a reciclabilidade do EVA injetado.
- Reciclagem interna de solventes industriais utilizados na limpeza de ferramentais e utensílios de pintura.
- Reutilização de tintas serigráficas e sprays, reduzindo desperdício e obsolescência.
- Logística reversa de embalagens junto aos fornecedores.
- Uso de tecnologia para otimização de materiais, como:
 - Máquinas de corte automatizado de laminados para redução de sobras.
 - Impressão digital para minimização do consumo de tintas e insumos.
 - Sistemas de dosagem gravimétrica de materiais na injeção, garantindo consumo exato de matéria-prima e eliminando desperdícios.

Compromisso com a Sustentabilidade

Além das iniciativas citadas, a Grendene adota um modelo de gestão sustentável baseado na eficiência operacional e inovação, buscando reduzir impactos ambientais, ampliar a circularidade e promover a economia de baixo carbono.

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Grendene adota uma abordagem integrada para minimizar riscos climáticos, tanto físicos quanto de transição, por meio de ações que priorizam eficiência energética, uso de energia renovável e controle das emissões. Essas iniciativas buscam mitigar impactos e fortalecer a resiliência da Companhia frente às mudanças climáticas.

Desde 2020, monitoramos nossas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e publicamos nosso Inventário de Emissões, elaborado conforme a metodologia do *GHG Protocol*. Em 2024, conquistamos, pela terceira vez (não consecutiva), o Selo Ouro do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, demonstrando integralidade, transparência e acurácia nas informações publicadas, validadas por auditoria independente.

Além disso, desde 2020, submetemos informações ao *Carbon Disclosure Project (CDP)*, organização que avalia o desempenho climático das empresas e conecta investidores signatários a oportunidades sustentáveis de negócio. Em 2024, ampliamos nossa participação e respondemos os questionários de Segurança Hídrica, Mudanças Climáticas e Florestas.

Desde 2021, 100% da eletricidade consumida pela Grendene provém de fontes renováveis, com certificação *Renewable Energy Certificate (I-REC)*. Também geramos energia por meio de usinas solares próprias, localizadas em três unidades:

Sobral e Crato (CE) e Farroupilha (RS). Além disso, monitoramos continuamente nossos indicadores de consumo e intensidade energética, buscando soluções inovadoras para reduzir o impacto da energia na operação.

Gestão Hídrica e Segurança Hídrica

A Grendene possui um Programa de Eficiência Hídrica, que promove redução do consumo de água, reuso e aproveitamento da água da chuva. Todas as unidades da Companhia contam com sistemas de reuso de efluentes tratados, permitindo a reutilização de 100% do efluente tratado. A água de reuso é destinada a descargas sanitárias, irrigação de áreas verdes, abastecimento de lagoas paisagísticas e processos industriais.

Minimização dos Riscos de Transição

Para mitigar riscos de transição climática, a Grendene investe em uma cadeia de suprimentos mais sustentável, priorizando:

- Matérias-primas seguras e de menor impacto ambiental.
- Processos produtivos mais eficientes.
- Facilitação da circularidade dos produtos ao longo do ciclo de vida.

Atualmente, utilizamos materiais que reduzem nossa pegada de carbono, incluindo fibras de garrafas PET recicladas, pigmentos de origem renovável e resíduos agroindustriais, como fibra de coco e casca de arroz. Nossa principal matéria-prima, o PVC, é 100% reciclável e possui uso contínuo, garantindo menor desperdício e maior reutilização na cadeia produtiva.

Para reduzir as emissões no final do ciclo de vida dos produtos, mantemos um Programa de Logística Reversa, que permite aos consumidores descartar calçados de todas as nossas marcas para reciclagem interna e externa. Atualmente, contamos com mais de 400 pontos de coleta distribuídos pelo Brasil.

Compromisso com Materiais de Origem Florestal

A Grendene mantém um compromisso com o manejo florestal responsável e possui a certificação *Forest Stewardship Council (FSC)*, garantindo rastreabilidade e sustentabilidade na utilização de insumos de origem florestal.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

Perante o curso natural dos nossos negócios, estamos expostos a vários riscos gerais que são inerentes às nossas atividades, que podem influenciar nossos resultados operacionais, nossa situação financeira ou nossas perspectivas futuras. Dentre os fatores pontuados no item anterior, tem-se que os principais fatores de riscos são:

- 1) Oscilação/volatilidade no preço das matérias primas;
- 2) Condições econômicas do Brasil e baixa no poder aquisitivo da população;
- 3) Alterações não previstas nas preferências do consumidor;
- 4) Variações cambiais entre o dólar americano e a moeda brasileira;
- 5) Riscos relacionados à segurança cibernética, privacidade e proteção de dados, e por fim;
- 6) Riscos relacionados às questões sociais, ambientais e climáticas.

Tais fatores, por sua vez, estão em constante monitoramento e com diversas ações mitigadoras implantadas pela Companhia.

No curso normal dos nossos negócios, estamos expostos a vários riscos gerais que são inerentes às nossas atividades, que podem influenciar nossos resultados operacionais, nossa situação financeira ou nossas perspectivas futuras, já que alterações na conjuntura econômica do Brasil, como as políticas fiscais, cambiais, monetárias, entre outras que serão adotadas pela atual ou futura administração do Governo Federal, poderão prejudicar as nossas atividades através, por exemplo, da desaceleração econômica, aumento de juros, aumento da inflação e aumento da percepção de riscos em outros países.

O modelo de negócios adotado pela Grendene contempla a atuação em mercados afetados pela moda onde a Companhia, como diferencial competitivo, apresenta regularmente uma grande quantidade de modelos novos a cada período. Cada modelo ofertado pela Companhia faz parte de uma coleção cuja vida média é em torno de 90 a 180 dias. Desta forma a cada trimestre a Grendene apresenta novas coleções, propondo ao mercado uma nova base de preços (para cada nova coleção) o que mitiga o efeito da inflação sobre os mesmos. Neste modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassadas para os preços finais sempre que a demanda por estes produtos e o poder de compra dos consumidores permitirem. Assim sendo, a inflação afeta nosso resultado, afetando a renda que o consumidor tem disponível para o consumo de nossos produtos. Nossos principais insumos são commodities cujos preços têm como referência o dólar americano no mercado internacional.

A taxa de câmbio influencia os nossos custos na medida em que afetam os preços em reais destas commodities quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço das commodities em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço das commodities em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação no preço das commodities em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado, a taxa de câmbio afeta as nossas exportações, uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

As taxas de juros não afetam diretamente o resultado operacional da Companhia, somente o resultado financeiro. A Companhia mantém um saldo expressivo de caixa e equivalentes e aplicações financeiras (CP e LP) que em 31 de dezembro de 2024 era em torno de R\$1,5 bilhão. Estes recursos basicamente estão aplicados no mercado financeiro rendendo juros a taxas próximas da SELIC. Quaisquer variações nas taxas de juros praticados no mercado afetarão a remuneração destes recursos.

O quadro a seguir apresenta as variações para os itens nele demonstrados:

Variações v.s. ano anterior	2022	2023	2024
Varição % da receita líquida	7,3%	(3,1%)	8,0%
Varição % do lucro operacional (EBIT)	(39,2%)	15,0%	102,8%
Varição % do lucro líquido	(5,5%)	(1,8%)	31,8%
Varição receita bruta por par no mercado interno	16,6%	4,4%	7,1%
Varição receita bruta por par no mercado externo (em reais)	4,9%	(4,7%)	10,3%
Varição receita bruta por par no mercado externo (em USD)	9,6%	(1,4%)	2,2%
Varição receita bruta total por par (em reais)	13,9%	2,4%	7,7%
Varição CPV médio total por par (em reais)	19,1%	(4,7%)	2,9%
Varição cambial (taxa final em 31 de dezembro)	(6,5%)	(7,2%)	27,9%
Varição cambial (taxa média anual)	(4,3%)	(3,3%)	7,9%
IGP-M	5,5%	(3,2%)	6,5%
IPCA amplo	5,8%	4,6%	4,8%
Crescimento real do PIB (Brasil)	3,0%	2,9%	3,4%
Número Total de pares vendidos	148.210	139.659	139.448
Varição no número Total de pares vendidos	(3,8%)	(5,8%)	(0,2%)
Número de pares vendidos no mercado interno	114.384	113.035	114.148
Varição no número de pares vendidos no mercado interno	(5,6%)	(1,2%)	1,0%
Número de pares exportados	33.826	26.624	25.300
Varição no número de pares exportados	2,9%	(21,3%)	(5,0%)

Fonte: BACEN, FGV, IBGE e Grendene.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Estes são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: (i) instrumentos financeiros ao custo amortizado; (ii) instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e (iii) instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, de acordo com as características contratuais e o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a. Ativos financeiros ao custo amortizado: são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados na categoria acima mencionada devem ser mensurados e reconhecidos ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria.

c. Passivos financeiros: a entidade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual deve ser aplicado o CPC 15.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção “hedge”, entretanto, não utiliza prática de “hedge accounting” para contabilização de suas operações derivativas, as quais não tem fins especulativos.

Os derivativos são mensurados inicialmente ao valor justo na data da contratação e são subsequentemente reavaliados também a valor justo, tendo suas variações de ganho ou perda de valor reconhecidas no resultado financeiro.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade.

No quadro abaixo, apresentamos a classificação dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros ao custo amortizado ^(*)				
Caixa e equivalentes	48.016	56.968	76.109	73.735
Aplicações financeiras e outros ativos financeiros ^(a)	1.324.875	912.375	1.324.875	912.375
Contas a receber de clientes	1.274.282	1.131.747	1.210.309	1.131.602
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Outros ativos financeiros ^{(ii) (a)}	202.213	266.186	202.213	266.186
Derivativos ^{(i) (*)}	851	-	851	-
Passivos financeiros ao custo amortizado ^(*)				
Empréstimos e financiamentos	68.939	92.430	68.939	92.430
Contratos de arrendamentos	-	-	19.885	23.997
Fornecedores	57.799	49.110	69.701	49.359
Comissões a pagar	59.497	53.966	58.912	54.285
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos ^{(i) (*)}	-	496	-	496

^(*) Os saldos contábeis de 31 de dezembro de 2024 e 2023 refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

⁽ⁱ⁾ Nível 2: Operações que possuem informações observáveis para ativos e passivos, que não tenham preços cotados;

⁽ⁱⁱ⁾ Nível 3: Operações que não possuem dados observáveis para ativos e passivos e que refletem premissas para a precificação.

^(a) Em maio de 2024, foi realizada a avaliação na metodologia de classificação da aplicação financeira (COE), resultando na reclassificação da categoria de “ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado” para “ativo financeiro ao custo amortizado”. Essa mudança visa refletir adequadamente os resultados contratados pela Companhia deste instrumento financeiro, uma vez que o manterá até o seu vencimento.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Operações de instrumentos derivativos cambiais

A estratégia de contratação dessas operações visa proteger as receitas de vendas e os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas expostas à variação cambial. Os instrumentos são utilizados exclusivamente para fins de hedge, com o portfólio composto pela venda futura de dólares dos Estados Unidos, por meio de instrumentos financeiros específicos, como contratos de venda na B3 e Adiantamentos de Câmbio Entregues (ACE).

Nas operações de contrato de venda na B3, o impacto no fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas ocorre à medida que são apurados os ajustes da cotação do dólar dos Estados Unidos até a liquidação dos contratos.

Para reduzir a exposição cambial líquida de seus negócios, a Administração da Companhia determina que os gestores poderão negociar contratos futuros de vendas de USD, exclusivamente na B3 até o limite máximo dado pela soma dos seguintes itens: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber (denominados em USD) de câmbios a contratar; (iv) até 25% das projeções de exportações anuais equivalente há aproximadamente 90 dias de exportações previstas (normalmente correspondente a pedidos em carteira e negociações de vendas em andamento), menos (a) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira, (b) importações em andamento, e (c) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio).

Os riscos são monitorados diariamente e gerenciados por meio de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.

As operações de hedge cambial realizadas na B3 são efetuadas por corretoras especializadas, com a exigência de garantias específicas. O valor das garantias, em 31 de dezembro de 2024, totaliza R\$ 52.477 (R\$ 37.497 em 2023), sendo composto por aplicações financeiras da Companhia em títulos públicos, em conformidade com os limites e exposições ao risco de câmbio estabelecidos na política de gestão de riscos e pelas contrapartes envolvidas.

No quadro abaixo são demonstradas as posições de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com os valores nominais e de mercado.

	Valor de referência (notional) – US\$		Valor de referência – R\$		Saldo a Receber (Pagar)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contratos futuros						
Compromisso de venda	(47.000)	(21.000)	(292.326)	(102.250)	851	(496)

Essas operações estão diretamente associadas ao recebimento das vendas e a ativos financeiros denominados em moeda estrangeira, os quais estão sujeitos à variação da taxa de câmbio e visam compensar eventuais ganhos ou perdas resultantes dessa flutuação cambial. O saldo a receber, registrado em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 851, e está classificado em “títulos a receber” e o saldo a pagar de R\$ 496 em 31 de dezembro de 2023, classificado em “outras contas a pagar”

Análise de sensibilidade

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia são afetados pelas variações de taxas ou indicadores, tais como CDI, IPCA, IGPM, INCC e TJLP. Para estes instrumentos considera-se variações de 25% e 50% sobre o cenário provável, sendo decrescentes para aplicações financeiras e crescentes para os financiamentos.

Apresentamos as posições em aberto de 31 de dezembro de 2024, inclusive os testes de sensibilidade para cenários de variação de taxas ou indicadores. Esses testes consideram um cenário provável, com impactos decrescentes para aplicações financeiras e crescentes para os financiamentos, conforme segue:

Fator de risco	% a.a.	Saldo em 31/12/2024	Cenário de sensibilidade				
			Remoto - 50%	Possível - 25%	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
Aplicações financeiras de renda fixa							
CDI	11,7489%	1.062.167	15.364	22.843	30.194	40.963	48.090
IPCA	4,8730%	52.477	3.914	4.466	5.018	5.569	6.120
INCC	6,3339%	110.061	12.271	13.297	14.323	15.349	15.401
Financiamentos incentivados							
TJLP	7,4300%	(14.428)	(936)	(1.170)	(1.404)	(702)	(468)

Análise de sensibilidade de variações na taxa de câmbio:

i) *Derivativos em moeda estrangeira*

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui cobertura para suas exposições à flutuação cambial nas operações de vendas para o mercado externo, com vencimento dos contratos de exportação no valor de USD8.804 (USD16.658 em 2023).

A Companhia projetou o impacto das operações de proteção cambial em três cenários, considerando a liquidação das operações na posição com vencimento em 31 de janeiro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Fator de risco	Posição vendida em USD	Cotação	Saldo em 31/12/2024	Cenário de sensibilidade				
				Remoto -50%	Possível -25%	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
Derivativos contratados - Hedge								
Dólar	(47.000)	6,2197	(292.326)	146.163	73.081	851	(73.081)	(146.163)

ii) *Exposição cambial*

Os valores líquidos ativos e passivos em moeda estrangeira, estão demonstrados a seguir:

Fator de risco	Posição carteira em USD	Cotação	Saldo em 31/12/2024	Cenário de sensibilidade				
				Remoto -50%	Possível -25%	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
Exposição cambial								
Conta corrente	15	6,1917	92	46	23	-	23	46
Contas a receber de clientes	42.483	6,2034	263.539	131.769	65.885	-	65.885	131.769
Adiantamento de clientes	(3.276)	6,1917	(20.286)	10.143	5.072	-	(5.072)	(10.143)
Contas a pagar	(2.654)	6,1923	(16.434)	8.217	4.108	-	(4.108)	(8.217)
Empréstimos e financiamentos - ACE	(8.804)	6,1917	(54.511)	27.255	13.628	-	(13.628)	(27.255)
Derivativos contratados - Hedge	(47.000)	6,2196	(292.326)	146.163	73.081	851	(73.081)	(146.163)
Exposição líquida	(19.236)		(119.926)	59.963	29.981	851	(29.981)	(59.963)

Análise de sensibilidade de variações na taxa de retorno das SCPs:

A Companhia projetou o impacto das operações em Sociedade em Conta de Participação (SCPs), com base na taxa média de retorno esperada até 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Fator de risco	Taxa média de retorno	Saldo em 31/12/2024	Cenário de sensibilidade			
			Remoto -50%	Possível -25%	Possível +25%	Remoto +50%
Outros ativos financeiros - SCPs						
Valores dos imóveis	10,9784%	157.563	283	157	(82)	(195)

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, ambiental e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades, os quais não estão sob sigilo e são considerados relevantes para a Companhia.

Periodicamente a companhia revisa o quadro de contingências classificando-as por probabilidade de perda como: provável; possível; e, remota, mediante avaliação do seu departamento jurídico e de seus assessores jurídicos externos

Os critérios de relevância adotados pela Grendene, para divulgação de informações dos processos aqui detalhados levou em consideração: (i) a opinião dos assessores jurídicos externos e internos, mediante a análise da probabilidade de êxito ou perda da ação, sua complexidade e o posicionamento dos tribunais; (ii) os potenciais impactos de uma decisão favorável ou desfavorável sobre o seu patrimônio; (iii) a sua capacidade financeira e os seus negócios, ou de suas controladas; e (iv) os potenciais riscos à imagem da Companhia e suas controladas.

Provisões - Risco de perda provável

Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da companhia, foram constituídas provisões para riscos, em montante suficiente para cobrir perdas classificadas como prováveis em decisões desfavoráveis.

As movimentações das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais estão demonstradas a seguir:

Consolidado	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2022	1.398	2.042	205	3.645
Adições	4.387	3.781	286	8.454
Realizações	(1.511)	(3.781)	-	(5.292)
Reversões	(198)	-	(10)	(208)
Correção monetária	-	68	-	68
Saldos em 31/12/2023	4.076	2.110	481	6.667
<i>Circulante</i>	<i>1.148</i>	<i>865</i>	<i>116</i>	<i>2.129</i>
<i>Não circulante</i>	<i>2.928</i>	<i>1.245</i>	<i>365</i>	<i>4.538</i>
Saldos em 31/12/2023	4.076	2.110	481	6.667
Adições	2.775	4.704	-	7.479
Realizações	(2.897)	(48)	(165)	(3.110)
Reversões	(395)	-	(285)	(680)
Correção monetária	25	25	14	64
Saldos em 31/12/2024	3.584	6.791	45	10.420
<i>Circulante</i>	<i>325</i>	<i>5.494</i>	<i>39</i>	<i>5.858</i>
<i>Não circulante</i>	<i>3.259</i>	<i>1.297</i>	<i>6</i>	<i>4.562</i>

Trabalhistas: Referem-se em sua maioria a reclamações apresentadas por ex-empregados, por suposto descumprimento de normas trabalhistas, referentes a verbas indenizatórias, adicionais de insalubridade e verbas entendidas como devidas por responsabilidade subsidiária.

Fiscais: Referem-se: (i) PIS/COFINS-Importação, sobre serviços recebidos do exterior (R\$1.297); (ii) autuação do Estado do Ceará por alegado uso indevido do FDI (R\$4.656); e (iii) verba honorários em execução fiscal estadual (R\$838).

Cível: Referem-se: (i) a ação anulatória de autuação do Procon/SP (R\$39) e (ii) anulação do registro de marca (R\$6).

Passivos contingentes - Risco de perda possível

Os processos relacionados na classificação de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São processos administrativos e ação judiciais de natureza trabalhista, fiscal, cível e ambiental que ainda dependem de verificação, análise de fatos, estabelecimento de jurisprudência ou que não apresentam aspectos concretos para probabilidade de perda. Para os processos classificados com perda possível não há provisão constituída.

A composição e estimativa apresenta-se a seguir:

(R\$ milhares)	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Trabalhistas	1.211	2.486	2.669
Fiscais	11.743	43.451	46.385
Cíveis	36.752	38.753	29.124
Ambientais	316	340	350
Total	50.022	85.030	78.528

As **ações trabalhistas** classificadas como perda possível referem-se em sua maioria a reclamações apresentadas por ex-empregados da Companhia e suas controladas, por suposto descumprimento de normas trabalhistas, referentes a verbas indenizatórias e adicionais de insalubridade.

As **ações fiscais** classificadas como perda possível referem-se a notificações de lançamentos de débitos: (i) contribuição previdenciária sobre seguro de vida coletivo disponibilizado para os empregados (R\$621); (ii) execução relacionada à glosa de compensação de crédito presumido de IPI, apurado a título de ressarcimento relativo a PIS e COFINS (R\$8.451); (iii) execução relacionada à glosa de compensação de COFINS (R\$1.729); (iv) glosa de compensação com créditos apurados no Reintegra com débitos da COFINS (R\$6.483); (v) execução do Estado do Rio Grande do Sul sobre apropriação incorreta de crédito de ICMS (R\$11.511); e (vi) recolhimento de CIDE – remessas (R\$17.590).

As **ações cíveis** referem-se à: (i) ação indenizatória de ex representantes comerciais (R\$9.477); (ii) ação indenizatória de ex-cliente alegando suposto contrato de distribuição (R\$6.000); e (iii) ações anulatórias de autuação fiscal por suposto descumprimento das normas de consumo (R\$13.280); (iv) ações indenizatórias diversas (R\$367).

O **processo ambiental** relacionado como perda possível se refere a auto de infração por suposto descumprimento de condicionantes em licença ambiental.

Além disso, em **31/12/2024**, a Companhia figurava no polo passivo dos seguintes processos, tidos como relevantes por nossos assessores jurídicos:

Processo nº 0312770-12.2015.8.05.0001	
a) Juízo	27ª Vara dos Feitos de Rel. de Cons. Civ. e Comerciais – Salvador
b) Instância	3ª Instância
c) Data de instauração	09/01/2009
d) Partes no processo	Autor: José dos Santos Gomes Barros, JS Comércio e Representações Ltda. e Sun Flower Comércio e Representações Ltda. Ré: Grendene S/A
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$9.000.000,00 (estimado em 31/12/2024)
f) Principais fatos	Trata-se de reclamatória trabalhista que posteriormente foi redistribuída para Justiça Comum em 07/05/2015, o autor requer o pagamento de Indenização por Dano Moral, Diferença de Comissões, Restituição de Valores Descontados e Lucros Cessantes. Em decisão de primeiro grau o juiz da 16ª Vara de Relação de Consumo de Salvador julgou improcedente os pedidos do autor. Apresentado recurso de apelação por ambas as partes em análise ao mesmo o Tribunal de Justiça da Bahia em fevereiro de 2017, reverteu parcialmente a sentença para julgar parcialmente procedente os pedidos do autor. Em maio de 2017 houve apresentação de Recurso Especial por parte da Companhia ao Superior Tribunal de Justiça o qual em análise ao mesmo acolheu os argumentos da Grendene e deu parcial provimento ao recurso determinando o retorno do processo ao juízo de primeiro grau para dar prosseguimento ao feito abrindo as partes nova oportunidade de provas. O autor apresentou recurso de Agravo Interno da referida decisão, que teve provimento negado. Desta decisão o autor apresentou Embargos de Declaração que foram rejeitados. Transitada em julgado a decisão o processo retornou a vara de origem com nova oportunidade para apresentação de provas. Foram apresentados quesitos pelo autor e ré. Processo aguarda realização de perícia técnica.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	
h) Estágio do processo	
i) Chance de perda	Perda Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Na hipótese de perda da companhia o impacto estará limitado ao valor da ação na liquidação de sentença e honorários sucumbenciais.
l) Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 2016.14731-9	
a) Juízo	ADMINISTRATIVO – Contencioso Administrativo Tributário SEFAZ / CE
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	16/08/2016
d) Partes no processo	Autor: SEFAZ / CE. Ré: Grendene S/A
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.385.063,74 em 31/12/2024
f) Principais fatos	Trata-se de Impugnação Administrativa de auto de infração fiscal lançado por falta de recolhimento de ICMS. Alega o ente estatal que a companhia se utilizou de fórmula imprópria para apuração do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial), reduzindo o imposto devido. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração que foi julgada improcedente, mantendo o lançamento. A empresa apresentou Recurso Ordinário que foi parcialmente provido, remetendo os autos para perícia. Realizada a perícia o laudo pericial apurou saldo devedor, sem, no entanto, considerar alguns CFOPs. A empresa apresentou manifestação discordando do laudo, todavia o mesmo restou homologado, os conselheiros entenderam que a análise acerca da essencialidade das operações glosadas no processo produtivo da Grendene, já teria sido realizada na última sessão ocorrida em Nov/2019, tais informações foram obtidas durante a sustentação oral em julgamento. A Companhia ainda não foi cientificada da decisão e sequer teve acesso ao conteúdo do julgamento.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	
h) Estágio do processo	
i) Chance de perda	Perda Provável
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Na hipótese de perda da companhia o impacto será significativo, a companhia deverá além de recolher os valores indicados no auto de infração, com seus acréscimos legais, modificar o modo de apuração do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial) para os próximos períodos.
l) Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 0801253-17.2021.4.05.8103	
a) Juízo	18ª Vara Federal de Sobral / CE
b) Instância	1ª Instância Judicial
c) Data de instauração	30/07/2021
d) Partes no processo	Autor: Grendene S/A. Ré: RFB
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.273.245,61 em 31/12/2024
f) Principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória de débitos fiscais com objetivo de anular os despachos decisórios proferidos nos Processos Administrativos Fiscais nº 1331.0000181/2009-49, nº 1331.0000182/2009-93 e nº 13312.720939/2011-83, em discussão nas Execuções Fiscais nºs 0801455-57.2022.4.05.8103 e 0801545-65.2022.4.05.8103, pelo reconhecimento da legalidade das compensações realizadas nos processos indicados. Houve o deferimento da liminar requerida. A União apresentou contestação e a empresa apresentou Réplica especificando as provas que pretende produzir. Determinada a produção de prova pericial.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	
h) Estágio do processo	
i) Chance de perda	Perda Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Na hipótese de perda da companhia o impacto será limitado ao valor atualizado das autuações fiscais.
l) Valor provisionado	Não há provisão.

A companhia também move os processos abaixo, os quais seus assessores jurídicos entendem como relevante para o negócio, figurando como polo ativo nos mesmos:

Processo nº 0037549-73.2014.4.01.3400	
a) Juízo	16ª Vara Federal de Brasília / DF
b) Instância	2ª Instância
c) Data de instauração	28/05/2014
d) Partes no processo	Autor: Grendene S.A. / Réu: União Federal
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.664.039,81 em Dez/2024
f) Principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária objetivando a inclusão das vendas realizadas para Zona Franca de Manaus na base de cálculo do Reintegra. Demanda transitou em julgado de forma favorável ao pleito da Companhia. Crédito habilitado e compensado administrativamente.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	
h) Estágio do processo	
i) Chance de perda	Provável êxito
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Na hipótese de perda da companhia não haverá impacto em seus resultados, visto que não houve interrupção no recolhimento do imposto.
l) Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 0047158-80.2014.4.01.3400	
a) Juízo	3ª Vara Federal de Brasília / DF
b) Instância	2ª Instância
c) Data de instauração	16/07/2014
d) Partes no processo	Autor: Grendene S.A. / Réu: União Federal
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.001.000,00 (estimados em Dez/2024)
f) Principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária objetivando Inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre a folha proporcional ao décimo terceiro salário pago em Dez/2011. Sentença parcialmente favorável a companhia. Aguarda-se julgamento de apelação de ambas as partes.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	
h) Estágio do processo	
i) Chance de perda	Provável êxito
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Na hipótese de perda da companhia não haverá impacto em seus resultados, visto que a contribuição foi recolhida em conformidade com as exigências legais.
l) Valor provisionado	Não há provisão.

Vide item 4.4.

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

Não há outras contingências relevantes da Companhia e nem de suas controladas.

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui política formal de Gerenciamento de Riscos Corporativos aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022 e revisão em 29 de fevereiro de 2024, que se encontra disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da política consiste em estabelecer diretrizes a serem observadas no processo de Gestão de Riscos Corporativos da Grendene, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, priorização e tratamento dos riscos que permeiam os processos/ negócios da Companhia.

A estratégia básica do gerenciamento de riscos corporativos, contida nesta política, visa reduzir as incertezas e os impactos negativos que os riscos podem causar aos objetivos estratégicos e operacionais do negócio, bem como contribuir significativamente para o aumento de valor e longevidade da Companhia.

i) os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todos os riscos identificados, priorizando os considerados altos e médios. A política de gerenciamento de riscos corporativos classifica os riscos em: Estratégico; Operacional; De conformidade (Compliance); Financeiro e de Mercado; Da Informação; Tecnológico; Socioambiental.

ii) os instrumentos utilizados para proteção

A empresa busca constantemente a evolução do seu ambiente de controles internos, visando a mitigação dos riscos identificados, classificados e avaliados. Além da implementação e melhoria de controles de mitigação, a companhia utiliza instrumentos que transferem riscos por meio da contratação de seguros.

Uma vez avaliados os riscos e revisados/implantados os controles internos, o processo passa por ciclos de monitoramento, com o objetivo de verificar a eficácia dos controles internos e, por consequência, a avaliação dos riscos.

Os riscos e os controles internos definidos são consolidados em uma matriz de riscos e matriz de controles internos da Grendene, visando facilitar o monitoramento e sua gestão.

No tocante aos riscos, a empresa, periodicamente, realiza revisões, podendo alterar o grau do risco, bem como incluir novos riscos detectados (riscos emergentes). Nesta etapa, deve-se identificar alterações nos ambientes externos e internos e aprimorar a análise de eventos e o processo de avaliação de riscos.

Em relação aos controles internos, o monitoramento é realizado por meio de testes com base na matriz de controles internos da empresa (definindo amostras e coletando evidências dos controles internos), de acordo com calendário preestabelecido.

iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em Reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 2019, a Grendene aprovou a criação de um Comitê de Investimentos, o qual terá por atribuição principal definir as modalidades de investimento da Companhia. Foi deliberado ainda, a possibilidade de a Companhia investir em outras modalidades de investimentos, em instrumentos financeiros de crédito privado, inclusive permutas financeiras imobiliárias, a serem definidas pelo Comitê de Investimentos.

Em dezembro de 2021 foi criada uma área de Governança, Riscos e Compliance (GRC) que se reporta ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria, e está vinculada administrativamente à diretoria de Relações com Investidores, com as seguintes responsabilidades:

– Coordenar o processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Grendene, identificando, classificando, avaliando e respondendo aos riscos, em conjunto com as áreas de negócios responsáveis pelos processos escopo da análise e considerando o apetite a risco definido pelo Conselho de Administração;

– Consolidar e manter atualizada a matriz de riscos da Companhia, monitorando constantemente o ambiente de riscos e reportando ao Comitê de Auditoria novos riscos identificados;

- Elaborar e manter atualizada a matriz de controles internos, avaliando os controles e assessorando as áreas de negócios no fortalecimento do ambiente de controles internos da Grendene;
- Desenvolver e aplicar a metodologia do gerenciamento de riscos corporativos, com base nas melhores práticas de mercado e em conformidade com as leis e normas externas e políticas e procedimentos internos;
- Conduzir ações de disseminação de uma cultura de transparência, responsabilização e conscientização dos riscos na Grendene;
- Reportar periodicamente as atividades de gestão de riscos corporativos ao Comitê de Auditoria da Grendene.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia, visando o contínuo aperfeiçoamento de sua estrutura de governança e o gerenciamento de riscos corporativos, adota, fortemente, os princípios recomendados pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), IIA (*Institute of Internal Audit*) e IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), além de observar e cumprir as normas emanadas da CVM e B3 (*Novo Mercado*).

Em reunião do Conselho de Administração de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovado a criação do Comitê de Auditoria, órgão independente, conforme Regulamento do Novo Mercado da B3, tendo, dentre outras atribuições:

- Supervisionar as atividades, a efetividade, evolução e estrutura do gerenciamento de riscos corporativos da Grendene, bem como sugerir melhorias ao Conselho de Administração;
- Monitorar e avaliar a exposição ao risco da Grendene, e, quando necessário, recomendar alterações na matriz de riscos e/ou nos níveis de apetite a risco da Companhia;
- Definir e gerenciar o processo de comunicação e reportes da gestão de riscos corporativa da Grendene;
- Revisar periodicamente a política de gerenciamento de riscos corporativos e, se for necessário, submeter sugestões de alteração ao Conselho de Administração.

Anualmente o Comitê de Auditoria da Grendene aprova o plano anual de atividades da área de Governança, Riscos e Compliance (GRC), incluindo a função de auditoria interna. Dentre as atribuições da auditoria interna, temos:

- Examinar, de forma independente, imparcial e tempestiva, a efetividade e qualidade do processo de gerenciamento de riscos corporativos da Grendene, registrando as fragilidades e fazendo recomendações para a melhoria e ajustes no referido processo;
- Avaliar o ambiente e a matriz de controles internos da empresa, testando e apontando a efetividade dos controles existentes e recomendando melhorias, considerando a eficácia da mitigação dos riscos envolvidos;
- Por meio do monitoramento e avaliação do processo de gestão de riscos e controles internos, identificar e apontar possíveis riscos ainda não mapeados pela organização;
- Acompanhar a implantação das recomendações pontuadas no processo de auditoria/ avaliação do processo de gestão de riscos e do ambiente de controles da Grendene;
- Fornecer informações e reportes à alta gestão e ao Comitê de Auditoria sobre a efetividade da gestão de riscos e controles internos da companhia, bem como o atendimento às normas e exigências legais.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui sistemas integrados de gestão (software de gestão) que uma vez parametrizados garantem razoável padronização nas suas transações e nos registros das mesmas. Para garantir integridade aos seus sistemas a companhia mantém um controle dos acessos aos mesmos e da rastreabilidade das transações.

Os relatórios internos de gestão e o acompanhamento sistemático de indicadores e resultados pelos gerentes responsáveis, acompanhados pelos diretores, proporcionam um ambiente de controle razoavelmente seguro.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia.

Na avaliação da administração a Companhia mantém controles internos adequados sobre os relatórios financeiros e busca seu contínuo aperfeiçoamento.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A diretoria da empresa composta pelo diretor presidente, diretor vice-presidente e diretor de relações com investidores e administrativo financeiro em conjunto com os diretores não estatutários e os gerentes subordinados a eles são os responsáveis pelo acompanhamento dos indicadores e resultados dos principais processos de negócios da companhia. A gerência de controladoria Sul e a gerência de controladoria nordeste, ligadas à Diretoria Administrativa Financeira, são as principais responsáveis pela elaboração de relatórios financeiros, e pela adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. O Comitê de Auditoria é responsável pela avaliação e revisão das políticas e controles internos da Companhia, bem como pela supervisão do gerenciamento de riscos corporativos e acompanhamento da execução do plano anual de auditoria, incluindo os aspectos relacionados à preparação e revisão das demonstrações financeiras, reportando-se ao Conselho de Administração.

Anualmente o Comitê de Auditoria da Grendene, aprova o plano anual da área de Governança, Riscos e Compliance (GRC), compreendendo as atividades de gestão de riscos, controles internos, compliance e auditoria interna. A auditoria interna, através desse plano, busca aferir a qualidade e efetividade do sistema de controles internos da Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O acompanhamento sistemático dos indicadores de negócio e relatórios financeiros é efetuado pela diretoria. Os diretores participam das reuniões do Conselho de Administração sendo arguidos pelos mesmos sobre os resultados.

Os gestores recebem relatórios regulares (diários, semanais, mensais e trimestrais) sobre os indicadores e resultados de negócios. Mensalmente os resultados são analisados, comparados com as expectativas e resultados obtidos em igual período do ano anterior e apresentados em reunião entre gerentes e diretores para discussão.

O resultado de todos os trabalhos previstos no exercício é reportado por meio de relatórios ao Conselho de Administração, Diretores e Gerentes envolvidos e são acompanhadas em bases mensais.

Em reunião do Conselho de Administração de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovado a criação do Comitê de Auditoria, órgão independente, conforme Regulamento do Novo Mercado da B3, tendo, dentre outras atribuições, avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, além de acompanhar as atividades da auditoria interna e verificar a eficácia dos controles internos da companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Os auditores independentes conduziram os trabalhos de auditoria e avaliaram o sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 com objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Em seu relatório circunstanciado referente a estes trabalhos relativos a 31 de dezembro de 2024 os auditores identificaram o que em sua opinião configura uma deficiência significativa de controles internos, relacionada ao aprimoramento na determinação estimativa da Administração referente ao reconhecimento de vendas – mercado interno (MI).

A Companhia realiza o reconhecimento de receita com base na emissão das notas fiscais e efetua uma análise trimestralmente do impacto do ajuste do reconhecimento das receitas de suas vendas no período correto, na qual se baseia em uma análise conjunta que considera as datas efetivas das entregas e uma estimativa de data de entrega baseada em uma média das entregas realizadas no último período. Como base nessa análise a Companhia avalia se deve reconhecer ou não o estorno das vendas que não cumpriram a todas as obrigações de performance.

Entretanto, durante a realização dos nossos procedimentos de auditoria, identificamos que a data utilizada pela Companhia para a realização da estimativa é a data "programada para entrega pela transportadora no momento do embarque" e não a data efetiva da entrega da mercadoria ao cliente, momento em que a companhia cumpre a sua obrigação de desempenho conforme definido pelo CPC

Desta forma, ao realizarmos uma estimativa independente baseada na data de entrega efetiva informada pelas transportadoras e efetuarmos o confronto com a estimativa efetuada pela companhia, identificamos diferenças nos montantes de estorno por não cumprimento de todas as obrigações de performance, conforme determina o CPC 47.

Também, considerando a relevância desta estimativa e que a mesma contempla premissas e julgamentos críticos durante a obtenção dos montantes de Cut off, entendemos se tratar de uma estimativa crítica e que a mesma requer ser divulgada como tal dentro das demonstrações financeiras da companhia.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Na reunião de avaliação do relatório a Administração fez os comentários a seguir:

1. Toda a produção da companhia é feita após o recebimento de pedidos dos produtos, isto é, a companhia programa todo sistema de produção de acordo com os pedidos recebidos;
2. A companhia produz diariamente e embarca grande quantidade de produtos já encomendados pelos seus clientes, podendo ultrapassar em um único dia o despacho de mais de um milhão de pares de calçados;
3. Estes produtos são agrupados conforme os pedidos e transportados por centenas de caminhões de transportadoras independentes que deverão entregar os mesmos em todas as regiões do país, para cerca de 72 mil clientes diferentes e aproximadamente 147 mil pontos de venda.
4. Não existem concentrações de pedidos em clientes e conforme já afirmado nenhum cliente representa mais que 5% da receita da companhia, sendo que pedidos individuais representam ainda menos;
5. Individualmente, cada pedido ou mesmo cada carga transportada por um caminhão representa valor insignificante sobre o total de receitas da companhia e, portanto o risco de algum eventual sinistro ou fato que impeça a entrega dos produtos afetar esta receita é igualmente insignificante. Na avaliação da administração, a probabilidade de alguma parte significativa da receita reconhecida não se concretizar é imaterial. Além disso, todas as cargas estão seguradas;
6. Todos os pedidos eram existentes na data do embarque (nota fiscal para ser emitida obrigatoriamente tem o pedido interligado), com seus devidos embarques realizados e não houve devoluções significativas ou recusa de recebimento dos mesmos por parte dos clientes;
7. O processo de controle das programações junto aos clientes e respectivas entregas é efetuado a partir de informações digitalizadas recebidas das transportadoras, a qual disponibiliza o status de cada carga com suas respectivas movimentações. Caso ocorram alterações de datas e ou mudanças nas entregas por solicitação dos clientes, a Cia analisa e procura adequar visando evitar impactos significativos;
8. As faturas correspondentes a estes pedidos foram liquidadas pelos clientes nos prazos de vencimento, sem a ocorrência de inadimplência ou atrasos anormais;
9. Todos os impostos sobre estas receitas foram reconhecidos e pagos.
10. A Cia evidencia esforços constantes no aprimoramento desse processo, sempre alinhados ao ambiente atual dos negócios, a fim de gerar informações tempestivas às partes relacionadas.

Tendo em vista estas características e a irrelevância dos impactos que estes valores teriam sobre os resultados da Companhia, a Administração avaliou o custo x benefício de implementar controles internos adicionais necessários para o controle destes efeitos os quais não seriam vantajosos e nada agregariam à qualidade das informações.

De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Sim, a Grendene adota diversas iniciativas voltadas para a prevenção, detecção e correção de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, incluindo a Política de Combate à Fraude e Corrupção, a Política de Gestão de Denúncias e Consequências, o Código de Conduta, entre outras políticas de Integridade. Essas práticas são fundamentais para garantir a transparência e a conformidade nas operações da empresa.

i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Grendene está firmemente comprometida com a integridade em suas operações, implementando uma série de mecanismos e políticas robustas para garantir a transparência e a ética nos negócios. Entre esses mecanismos estão a Matriz de Riscos Corporativos, a Matriz de Controles Internos e políticas fundamentais relacionadas à integridade, como as Políticas de Gerenciamento de Riscos, Combate à Fraude e Corrupção, Gestão de Denúncias e Consequências, Brindes, Presentes e Hospitalidades, Doações e Patrocínios, entre outras, que definem claramente os valores e padrões de conduta da companhia.

Todos os documentos são analisados e aprovados pelo Conselho de Administração, disponibilizados para consulta na plataforma interna (intranet) e no site de Relações com Investidores, tendo como objetivo identificar, avaliar e minimizar os principais riscos de negócio.

Estes documentos são revisados periodicamente pelo Comitê de Auditoria, com o objetivo de mitigar os principais riscos em diversas categorias, incluindo operacionais, de conformidade, socioambientais, tecnológicos, entre outros. Adicionalmente, a Grendene realiza o monitoramento de suas unidades e parceiros de negócio, incluindo fornecedores e clientes, para mitigar riscos de corrupção, lavagem de dinheiro e conflitos de interesse.

Além disso a empresa possui um Canal de Ética onde os stakeholders podem, se desejado, realizar denúncia de forma anônima. Este Canal é operado pela KPMG Assessores Ltda, uma empresa terceirizada, especializada nesse segmento e pode ser acessado:

- Website: www.linhaetica.com.br/etica/grendene

- E-mail: grendene@linhaetica.com.br

- Telefone: 0800-208-0048

- Caixa postal: 79518, CEP 04711-904, São Paulo, SP.

O Canal de Ética garante a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos Colaboradores envolvidos.

ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

No âmbito de seu compromisso com a governança e a integridade, a Grendene instituiu, em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2021, a criação do Comitê de Ética e seu Regimento Interno. O Comitê de Ética tem a missão de promover o respeito e garantir o cumprimento das condutas estabelecidas, em conformidade com as regras internas da Companhia e com os princípios éticos da sociedade. Ele orienta as relações internas e externas, incluindo com colaboradores, empregados, terceiros e administradores da Grendene. O Comitê também é responsável pela gestão do Canal de Ética, assegurando que todas as denúncias sejam apuradas adequadamente e que as medidas cabíveis sejam tomadas.

Em dezembro de 2021, foi criada a área de Governança, Riscos e Compliance (GRC), vinculada à diretoria de Relações com Investidores, com a função de coordenar, entre outras atribuições, as atividades do programa de integridade da Companhia. Em 24 de fevereiro de 2022, foi instituído o Comitê de Auditoria, um órgão interno de caráter permanente e não estatutário, que tem o dever de assessorar diretamente o Conselho de Administração e informar suas atividades

trimestralmente. Além de outras responsabilidades, o Comitê de Auditoria supervisiona e avalia a efetividade do programa de integridade (compliance), garantindo que ele atenda aos altos padrões de conformidade e transparência da Grendene.

iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Sim. A Grendene possui um Código de Conduta formalmente aprovado, que se aplica a todos os stakeholders da empresa, incluindo diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, empregados, assim como também abrange terceiros, como fornecedores e prestadores de serviço. O Código é uma diretriz essencial para garantir que todos sigam os mesmos princípios de ética e transparência em suas ações e relações com a companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Colaborador que violar uma conduta, prática, ou política da Grendene, bem como legislação ou regulamentação aplicável à Companhia, ou permitir que um subordinado o faça, estará sujeito a ação disciplinar, que poderá ser advertência, suspensão, desligamento ou encerramento da relação contratual com a Grendene. Mais detalhes consultar a [política de Gestão de Denúncias e Consequências](#) disponível no site da Companhia.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Grendene conta com Código de Conduta desde 1 de dezembro de 2008, o qual foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2023. O documento pode ser consultado no [site](#) da Companhia.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Sim, a Grendene possui Canal de denúncia (“Canal de Ética”).

- Website: <http://www.linhaetica.com.br/etica/grendene>

- E-mail: grendene@linhaetica.com.br

- Telefone: 0800-208-0048

- Caixa postal: 79518, CEP 04711-904, São Paulo, SP.

O Canal de Ética garante a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos Colaboradores envolvidos.

i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de denúncias (“Canal de Ética”) é operado pela KPMG Assessores Ltda, uma empresa terceirizada, especializada nesse segmento.

ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Sim, está aberto ao recebimento de denúncias de terceiros.

iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante

Sim, há mecanismos que garantem o anonimato e a proteção. Mais detalhes consultar a [política de Gestão de Denúncias e Consequências](#) disponível no site da Companhia.

iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Comitê de Ética é o responsável pela apuração das denúncias realizadas através do Canal de Ética e deliberar sobre os casos de comprovada infração.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não tivemos nenhum caso.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

Em 2024, a economia brasileira enfrentou desafios significativos decorrentes, principalmente, da inflação persistente, juros elevados e volatilidade cambial, que impactaram o consumo e os setores produtivos. No ambiente internacional, os obstáculos observados ao longo do ano se mantiveram presentes, frustrando nossas expectativas de uma recuperação mais forte dos embarques para o mercado externo. Contudo, os resultados alcançados em 2024, refletem a solidez da operação, com destaque para o expressivo crescimento do lucro líquido recorrente de 20,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No cenário global, as exportações de calçados seguem enfrentando um momento adverso, impactado pelo aumento das taxas de juros em diversas economias, pela volatilidade econômica, além de problemas logísticos e conflitos regionais, que afetam a competitividade do setor no Brasil.

Além disso, a empresa, em sua estrutura de governança corporativa, na área de GRC (Governança, Riscos e Compliance), monitorou continuamente os documentos aprovados pelo Conselho de Administração, como a Matriz de Riscos Corporativos, a Matriz de Controles Internos e Políticas Corporativas essenciais como: Política de Doações e Patrocínios, Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades, Política de Contratação de Terceiros, Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, Política de Gestão de Denúncias e Consequências, garantindo que a empresa assegure respostas eficientes para mitigação e manutenção da gestão de riscos corporativos, alinhada as diretrizes da Companhia.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.